

UNISA: UNIVERSIDADE SANTO AMARO

Serviço Social

Ítalo Santos Magalhães

Laiza Roque da Cruz Silva

Lucicláudia Silva de Oliveira

**UMA NOVA PORTA SE ABRE: A INSERÇÃO DE TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL APÓS O
PROGRAMA TRANSCIDADANIA**

São Paulo

2018

Ítalo Santos Magalhães
Laiza Roque da Cruz Silva
Lucicláudia Silva de Oliveira

**UMA NOVA PORTA SE ABRE: A INSERÇÃO DE TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL APÓS O
PROGRAMA TRANSCIDADANIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade Santo
Amaro – UNISA, como requisito parcial para
obtenção do título Bacharel em Serviço Social

Orientador (a): Me. José Carlos Veloso Pereira da
Silva

São Paulo

2018

Ítalo Santos Magalhães
Laiza Roque da Cruz Silva
Lucicláudia Silva de Oliveira

**UMA NOVA PORTA SE ABRE: A INSERÇÃO DE TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL APÓS O
PROGRAMA TRANSCIDADANIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Santo Amaro – UNISA, como requisito parcial para obtenção do título
Bacharel em Serviço Social Orientador (a): Me. José Carlos Veloso Pereira da Silva.

São Paulo, 04 de dezembro de 2018.

Banca Examinadora

Prof. Me. José Carlos Veloso Pereira da Silva. (Orientador)

Prof. Dra. Marlene de Almeida Ataíde. (Leitora)

CONCEITO FINAL: _____

Agradecimentos

Agradeço às minhas amigas e colegas de TCC, por construírem em conjunto esse trabalho tão árduo, porém tão gratificante.

Agradeço às minhas supervisoras de estágio, Gisele Cardoso, Laura de Abreu e Elisabete Oliveira por serem as melhores profissionais que eu já conheci e por me mostrarem no dia a dia no campo de estágio, como atuar de forma ética e ser um profissional cada vez melhor. Parte de todo o aprendizado que obtive nesses quatro anos, foram por meio de vocês.

Agradeço também as entrevistadas desse TCC, agradeço a cada profissional que dispôs seu material para maior enriqueci e aprimoramento desse trabalho. Digo sempre que esse foi um trabalho coletivo, que precisou de várias mãos para se tornar concreto.

Agradeço imensamente ao corpo docente da UNISA, em especial, aos professores James, Expedito, Milene, Emanuel, Henrique, Alberta, Luciane, Marlene e Veloso, cada um de vocês me fez um profissional melhor, me auxiliou no meu processo construção e desconstrução de conhecimento, espero um dia ser um professor tão bom quanto vocês.

Agradeço em particular o professor Veloso, pela sua contribuição no trajeto de desenvolvimento desse TCC, por todos os apontamentos, opiniões, dicas, críticas construtivas e pela total disponibilidade acerca de dúvidas minhas e de minhas colegas. Gratidão tê-lo como orientador, você realmente é especial professor. Agradeço também a maravilhosa professora Marlene, pela leitura e realizar apontamentos que fizeram melhorar o TCC.

Agradeço as minhas amigas Mariana, Adriana, Renata Sena, Júlia e Jadiane, por serem seres humanos tão especiais e raros na minha vida. Todas as risadas, trabalhos em grupo, discussões, conversas, alegrias e tristezas compartilhadas, me fizeram lembrar o significado da palavra amizade: parceria. Amo muito vocês minhas amadas.

Agradeço a minha mãe, mulher guerreira que sempre esteve presente em cada passo dado na minha vida, que me apoiou em momentos de desespero, angústia, depressão e ansiedade, me acolhendo como ninguém fez. Aos meus irmãos, por serem essas pessoas tão divertidas, alegres e que me ajudaram durante todo esse percurso que foi a universidade. Amo vocês, mesmo não demonstrando muito isso.

Por fim, agradeço a cada pessoa envolvida nessa trajetória que foi a do desenvolvimento desse trabalho, se estou aqui escrevendo esses agradecimentos, é porque muitos me ajudaram a conquistar meus sonhos e objetivos. Gratidão.

Ítalo Santos Magalhães

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças para concluir todo esse trabalho.

Aos meus pais e a minha irmã, que me incentivaram a todo momento da minha vida durante a faculdade.

Aos meus colegas de classes e TCC, que fizeram parte da minha vida, durante esses quatro anos de estudos e muita luta.

Agradeço aos professores que sempre estiveram dispostos a melhorar e contribuir com um bom aprendizado e ser um bom profissional, nunca parar de estudar e sempre ir atrás dos nossos objetivos.

Enfim, agradeço todas as pessoas que fizeram parte de uma etapa tão gratificante da minha vida.

Laiza Roque da Cruz Silva

Agradeço primeiramente aos meus pais, que foram base nos meus estudos em todos os aspectos, em especial por minha mãe, por sempre acreditar na educação das filhas. As minhas irmãs mais novas, Daiane e Camila, espero sempre ser referência para vocês.

Agradeço imensamente a meu querido namorado Washington Victor, pela paciência, companheirismo e maturidade nesse processo.

Agradeço minha amiga Mireya, por entender as ausências, e compreender o processo árduo de uma graduação.

Agradeço fortemente as minhas colegas e amigas de classe Anilza e Vânia, pelo companheirismo e por vezes me fazer sentir tão especial.

Agradeço imensamente ao corpo docente da UNISA, em especial, aos professores James, Expedito, Milene, Emanuel, Henrique, Alberta, Luciane, Marlene e Veloso, por todo o processo de construção de conhecimento ao longo dos anos

Agradeço ao nosso querido orientador Veloso, que sempre foi muito presente na construção desse TCC, e por vezes nos trouxe de volta para a terra.

Agradeço em especial aos meus colegas de grupo, Ítalo e Laíza, por todo o companheirismo na construção desse projeto.

Lucicláudia Silva de Oliveira

RESUMO

O trabalho a seguir discorre sobre uma análise de dados realizada com beneficiadas do Programa Transcidadania na cidade de São Paulo. O intuito deste trabalho foi verificar como o Programa Transcidadania impactou na empregabilidade de suas formadas (os) e como a (o) profissional de Serviço Social contribui nesse processo de formação. Tal objetivo surgiu a partir de indagações referentes a questão de violações no âmbito laboral de transexuais e travestis e de que forma o Serviço Social atua nessa demanda mais contemporânea. Utilizamos como metodologia de pesquisa, a pesquisa qualitativa, uma entrevista com duas assistentes sociais presentes no Programa Transcidadania e três beneficiadas do programa, usado como instrumentais um roteiro de questões e um gravador para registro das entrevistas. Conclui-se por meio do presente estudo quanto à efetividade do Programa Transcidadania na empregabilidade das pessoas transexuais e travestis, que o programa serve como suporte para um processo de autonomia e visibilidade dos direitos de suas beneficiadas. No que diz respeito ao trabalho das profissionais de Serviço Social, as mesmas apresentaram concreta contribuição nesse processo, além de atuarem de forma que entre em consonância com o Projeto Ético Político.

Palavras-chave: Programa Transcidadania. População TT. Serviço Social. Empregabilidade.

ABSTRACT

The following paper discusses a data analysis performed with beneficiaries of the Transcity Program in the city of São Paulo. The purpose of this study was to verify how the Transcity Program impacted on the employability of its graduates and how the Social Work professional contributes to this training process. This objective arose from inquiries regarding the issue of labor violations of transexual people and transvestites and how Social Service operates in this more contemporary demand. We used as research methodology, qualitative research, an interview with two social workers present in the Transcity Program and three beneficiaries of the program, used as an instrument for a script of questions and a recorder to record interviews. It is concluded through the present study about the effectiveness of the Transcity Program in the employability of transexual and transvestite people, that the program serves as support for a process of autonomy and visibility of the rights of its beneficiaries. With regard to the work of social work professionals, they have made a concrete contribution to this process, in addition to acting in a way that is in line with the Political Ethical Project.

Keywords: Transcity Program. Population TT. Social Service. Employability.

Lista De Abreviaturas e Siglas

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BSH- Brasil Sem Homofobia

CADÚNICO – Cadastro Único

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistente Sociais

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CNE – Conselho Nacional de Educação

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

MEC – Ministério da Educação

MS – Ministério da Saúde

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização Não Governamental

PBF – Programa Bolsa Família

POPULAÇÃO TT – População de transexuais e travestis

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e

Emprego

POT – Programa Operação Trabalho

SUS – Sistema Único de Saúde

STF- Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
JUSTIFICATIVA	13
1. PROGRAMA TRANSCIDADANIA E O SERVIÇO SOCIAL: POLÍTICA PÚBLICA E CATEGORIA PROFISSIONAL NA GARANTIA DE DIREITOS DA POPULAÇÃO TT.....	15
1.1 LGBT: Sigla necessária	15
1.2 População TT: Âmbito escolar e laboral.....	21
1.3 Programa Transcidadania: Uma nova porta se abre	23
1.4 Serviço Social e a pauta LGBT	27
1.5 Metodologia de Pesquisa.....	37
2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: IMPACTOS DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA NA EMPREGABILIDADE DAS BENEFICIADAS E O TRABALHO DA PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL	41
2.1 – Assistentes Sociais	41
2.2 – Beneficiadas do Programa Transcidadania	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE	
ANEXO	

Introdução

Por motivos de evitar termos repetitivos e longos, será utilizado o termo “população TT” quando nos referenciarmos à população de transexuais e travestis.

Em um contexto global há uma defasagem significativa no que tange políticas públicas que acolha pessoas travestis e transexuais, até mesmo países de primeiro mundo não há desenvolvido especificamente algum programa direcionado a esta população, além das Organizações da Sociedade Civil. É atribuição do estado diante de tais fatores viabilizar subsídios para que essa parcela tão invisível de nossa sociedade passe a ter direitos garantidos por lei e uma vida digna.

Referente à esfera nacional a Constituição Federal em 1988, é clara em relação a dignidade da pessoa humana, além de outros programas no combate a discriminação, como por exemplo em 2001 a criação do Conselho Nacional de Combate à discriminação, “Brasil Sem Homofobia” – “ Programa de Combate à violência e à discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual,” “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Travestis e Transexuais, e por fim o “Programa Nacional de Direitos Humanos 3 “.

Por mais que tenha sido desenvolvido todos esses programas para a população LGBT com diferentes direcionamentos, não havia um programa específico para a população que necessita de um olhar especial mediante a toda discriminação vivida. Foi na gestão Fernando Haddad em São Paulo, mediante pesquisas referentes a exclusão de transexuais e travestis de espaços de trabalho formais e a grande exploração sexual que foi elaborado um programa inédito no mundo, o Transcidadania. O programa prioritariamente visa o aumento da escolaridade de travestis e transexuais, através de um Programa de Transferência de Renda há uma autonomia financeira, assim se torna possível a execução das atividades do programa, pautadas em uma formação profissionalizante e cidadã.

O trabalho a seguir discorre a partir de inquietações referentes a defasagem de políticas públicas específicas para pessoas transexuais e travestis, além de um acompanhamento do inovador programa Transcidadania e suas contribuições para a população TT.

O problema a ser questionado é se O Programa Transcidadania beneficiou as (os) recém-formadas (os) na inserção no mercado de trabalho formal e se a (o)

profissional de Serviço Social colaborou no processo de (re)inserção no mercado de trabalho das beneficiadas (os) do Programa Transcidadania.

Como hipótese inicial, propomos que as beneficiadas (os) do Programa Transcidadania conseguiram se inserir no mercado de trabalho formal, pois durante os dois anos do programa, foi ofertado aprimoramento pedagógico, social, psicológico e principalmente profissional fazendo com que as (os) beneficiadas (os) se aprimorassem como sujeitos políticos e como trabalhadoras.

Como objetivo principal, optamos por:

- Verificar o impacto do Programa Transcidadania na empregabilidade das (os) beneficiadas (os).

E os objetivos específicos, escolhemos quatro:

- Verificar o processo de capacitação profissional e escolar desenvolvido pelo Programa Transcidadania.
- Verificar a atual empregabilidade das beneficiadas (os) do Programa Transcidadania.
- Entender a atuação da profissional de Serviço Social no Programa Transcidadania.
- Compreender como a profissional de Serviço Social efetiva o Projeto Ético Político da categoria no Programa Transcidadania.

Como metodologia, utilizamos a pesquisa qualitativa, por possibilitar um aprofundamento nas questões subjetivas das beneficiadas do Programa Transcidadania e das profissionais de Serviço Social. Para isso, como instrumento, usamos uma entrevista semiestruturada que oferece a oportunidade de as entrevistadas exporem de forma mais abrangente e aberta suas experiências para com o programa. Utilizamos também um gravador de voz para registro de suas falas e transcorremos em seguida.

Justificativa

A população de TT é a mais marginalizada da comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros) por questões de gênero.

Segundo dados publicados no site *Trans Respect*, no ano de 2017 ocorreram 325 assassinatos de travestis e transexuais no mundo, sendo absurdos 171 casos em território brasileiro. Tal dados foram obtidos pelo projeto *Trans Murder Monitoring (TMM)*¹, projeto criado pela *Transgender Europe*².

Segundo levantamento de dados em relação aos homicídios de pessoas LGBTs no Brasil no ano de 2017 feito pela ONG (Organização Não Governamental) Grupo Gay da Bahia:

Das 445 vítimas de homotransfobia documentados em 2017, 194 eram gays (43,6%), 191 trans (42,9%), 43 lésbicas (9,7%), 5 bissexuais (1,1%) e 12 heterossexuais (2,7%). [...] O que mais chama atenção em 2017 é significativo aumento de 6 % nos óbitos de pessoas trans. (Ong GGB, 2017, p. 13).

Esses dados são ainda mais alarmantes pois “enquanto os gays representam por volta de 20 milhões de habitantes, 10% da população brasileira [...] estima-se que as travestis e transexuais não devem ultrapassar 1 milhão de pessoas.”

Demograficamente falando, “significa que o risco de uma pessoa trans morrer vítima de transfobia é 22 vezes maior do que os gays”. (GGB, 2017).

. Transfobia é toda qualquer ação que violenta moral, social, sexual e corporalmente as pessoas transexuais em decorrência da discriminação e preconceito à sua identidade de gênero. Em relação à travestifobia, é a mesmas formas de violência, mas direcionadas às travestis. Tais indicadores mostram como a violência

¹ Projeto criado pela TGEU (Transgender Europe) que visa mapear os casos de assassinatos de pessoas transexuais e travestis ao redor do mundo. Relatório oficial e mapa demonstrativo, disponíveis respectivamente: <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2017/11/TvT_TMM_TDoR2017_PR_EN.pdf>. e <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2017/11/TvT_TMM_TDoR2017_Map_EN.pdf>. Acesso no dia 29 de novembro de 2017.

² Organização voluntária europeia que visa viabilizar os direitos das pessoas transexuais e travestis na Europa em consonância com os movimentos sociais. Para mais informações sobre a organização, disponível no website: <<https://tgeu.org/about/>>. Acesso no dia 29 de novembro de 2017.

contra a população TT. aumenta na medida em que não há legislação federal que ampare essa população em relação a transfobia e travestifobia sofrida

No âmbito do Estado de São Paulo, onde a pesquisa foi realizada, foi aprovada em 2001 a Lei nº 10.948 na qual dispõe sobre as penalidades em serem feitas as pessoas que cometerem qualquer ato de violência e discriminação "moral, ética, filosófica ou psicológica". (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2001).

São vários os fatores que propiciam esses dados de homicídios como por exemplo a marginalização da população TT, sua alta taxa de evasão escolar; inserção no mercado de trabalho formal precária; entre outras violências e exclusões.

Partindo desse pressuposto, o Programa Transcidadania criado em 2015 na cidade de São Paulo na gestão do Fernando Haddad, possui o intuito de promover Direitos Humanos, fortalecer atividades de inserção profissional, reintegração social, elevação da escolaridade e resgate da cidadania e surge como um avanço em políticas públicas voltadas em prol da população TT.

Tendo em vista, foi necessária uma pesquisa de campo para verificar a efetivação desse programa inovador na vida das (os) beneficiadas (os), especificamente em questões trabalhistas e de elevação da escolaridade, além da emancipação e da qualidade da vida das (os) beneficiadas (os).

Essa pesquisa se fez pertinente na medida em que por ser um programa novo, é importante obter um parâmetro social de como o programa alterou de forma, positiva e/ou negativa na empregabilidade das (os) beneficiadas (os) para que possam ser sugeridas melhorias para a ONG responsável pelo programa e se for o caso, uma reavaliação da estrutura do Programa Transcidadania.

Além disso, foi de suma importância uma entrevista com as profissionais de Serviço Social atuantes no Programa Transcidadania, pois sendo um novo espaço sócio ocupacional do profissional que contribui na capacitação das profissionais que se aperfeiçoam cada vez mais na pauta LGBT, priorizando a garantia de direitos da população TT. Tendo como base de atuação seu código de ética profissional, a profissional de Serviço Social acaba reconhecendo a população TT, com um outro olhar diferente do seu estigma, mas para um olhar de em prol da sua cidadania.

1. PROGRAMA TRANSCIDADANIA E O SERVIÇO SOCIAL: POLÍTICA PÚBLICA E CATEGORIA PROFISSIONAL NA GARANTIA DE DIREITOS DA POPULAÇÃO TT

1.1 LGBT: Sigla necessária

O termo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) é usado para nomenclar a diversidade sexual e identidade de gênero de certa população. Existe outras nomenclaturas que incluem a militância de outras populações, como os intersexuais, pansexuais, assexuais e pessoas queer, na qual a chamamos de LGBTQIPA³. Porém, neste trabalho usaremos o termo LGBT por ser mais usado na academia, mas ainda respeitando outras identidades de gênero e sexualidades existentes.

Antes de mais nada é necessário introduzir no que se constitui a comunidade LGBT, para isso usamos a cartilha “Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT” de 2014 elaborada pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania por intermédio da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. Em primeira instância é preciso explicar a diferença entre sexualidade, sexo biológico, identidade de gênero e papel de gênero

Primeiro, a sexualidade é a atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente por outra ou mais pessoas. Ela pode ser heterossexual, quando um ser humano de determinado gênero se manifesta atração por outra de “sexo/gênero oposto”. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017). Já a pessoa homossexual sente manifesta atração por alguém do mesmo sexo/gênero. Sobre os bissexuais, são pessoas que sentem atração por ambos sexos/gêneros. Existem também os pansexuais e os assexuais, sendo o primeiro tendo atração por pessoas independentemente de sua genitália ou gênero e o segundo sendo pessoas que não sentem atração sexual por nenhuma pessoa.

O próximo ponto, o sexo biológico ou chamado de órgão reprodutor é o “Conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas

³ Termo usado pela psicóloga social, Chinaira Raiazac em sua dissertação de mestrado, tendo como referência a segunda Conferência Nacional LGBT realizada entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011.

e características fisiológicas secundárias que distinguem “machos” e “fêmeas”. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017), ou seja, são a vagina e o pênis.

Devido a alterações no sistema biológico do ser humano, há pessoas que podem nascer com ambas informações cromossômicas, são as chamadas pessoas intersexuais.

Uma crítica dessa divisão biológica ao respeito dos seres humanos é feita por Bento (2006, p. 16) na qual fala sobre as pessoas transexuais e travestis que “na questão reprodutiva [...] também lutam para sair de um destino existencial orientado pela genitália.”, ou seja, a genitália acaba sendo um determinante na vida das pessoas, como se o fato de se ter uma vagina ou pênis criasse o combinado de “Vagina-mulher [...] e pênis-homem [...] e qualquer modelo que fugisse de tais combinados, seria reprimido socialmente.

Adentrando na pauta de transexuais e travestis, vamos à terceira definição de identidade de gênero. A recém citada é a forma como o ser humano se reconhece como pessoa, seja ela feminina, masculina, ambas ou nenhuma delas.

Sobre a pessoa que se conhece ao gênero determinado a ela desde de seu nascimento, é chamado de cisgênero, já as pessoas que não se reconhecem ao gênero imposto e transitam entre os papéis de gênero chamamos de transgêneros.

Segundo a cartilha “[.] há quem utilize esse termo para se referir apenas àquelas pessoas que não são nem travestis, nem mulheres transexuais e nem homens trans, mas que vivenciam os papéis de gênero de maneira não convencional” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017).

Para adentrarmos no que seria pessoas transexuais, temos 03 segmentos importantes públicos alvos do presente trabalho:

- Mulheres transexuais
- Travestis
- Homens transexuais

O homem transexual é a pessoa que nasce com o sexo biológico considerado feminino, mas que não se reconhece como mulher e sim como homem, já a mulher

transexual é exatamente o oposto, nasce com o órgão biológico masculino, mas se reconhece como feminino. Ainda sobre os elencados a cartilha cita:

Mulheres e homens transexuais podem realizar modificações corporais por meio de terapias hormonais e intervenções médico-cirúrgicas, com o intuito de adequar seus atributos físicos, inclusive genitais (cirurgia de redesignação sexual), à sua identidade de gênero. Entretanto, nem todas as pessoas transexuais manifestam esse desejo. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017, p. 19).

Não sendo então uma obrigatoriedade de as pessoas transexuais fazerem alterações em seus corpos na medida em que esse desejo de mudança e alteração corporal é individual de cada pessoa. Sobre essas alterações corporais, adentramos na definição de o que é travesti, sendo a

Pessoa que nasce com sexo masculino e tem identidade de gênero feminina, assumindo papéis de gênero diferentes daqueles impostos pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos por meio de terapias hormonais, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, mas, em geral, não desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual (conhecida como “mudança de sexo”). (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017, pp. 19-20)

Algo se diverge sobre essa terminologia, na medida em sua definição se assemelha à definição de mulher transexual, mas um discurso que procura separar uma terminologia da outra é a questão da aceitação do órgão biológico, o pênis em si é aceitado pelas travestis e negado pelas mulheres trans. Mas há casos de mulheres transexuais que possuem nenhum problema com sua genitália e travestis que sofrem o oposto, então na prática, mulheres transexuais e travestis possuem as mesmas características. Como escreve Amara Moira, travesti doutoranda em teoria literária pela UNICAMP, no site oficial da Mídia Ninja:

Não por acaso vão surgindo mais e mais pessoas que se reivindicam mulher trans mesmo sem revelarem aversão para com seus genitais e vamos nos dando conta de que é balela essa história de que pessoas que se reivindicam travesti lidam de boas com o genital que têm (MOIRA, 2017).

Existem outras identidades de gênero como transexual não binário (pessoa que não se identifica nem como feminino ou masculino), a crossdresser,

Pessoa que se veste com roupas do sexo oposto para vivenciar momentaneamente papéis de gênero diferentes daqueles atribuídos ao seu sexo biológico, mas, em geral, não realiza modificações corporais e não chega a estruturar uma identidade

transexual ou travesti. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017, p. 20)

Drag Queen ou Transformista (homem que usa trajes femininos unicamente para performances artísticas “performática e/ou profissional”. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017) e Drag king sendo o inverso.

Pautamos nos papéis de gênero, na qual usamos como base teórica Judith Butler, renomada filósofa estadunidense com seu famoso livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” publicado na década de 90 e Richard Miskolci, prestigiado sociólogo brasileiro com o livro “Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças” (MILSKOLCI, 2012). Antes de mais nada, segundo definição da cartilha, papel de gênero “é o comportamento social, culturalmente determinado e historicamente circunscrito, esperado para homens e mulheres”. É o que Judith Butler denomina como performatividade, na sua conclusão de seu livro ela discorre que “a ideia de que o gênero não é algo que nós *somos*, mas sim algo que constantemente *fazemos* [...]” (BUTLER, 1990).

Esse ideal binário de gênero, homem-mulher é reducionista na medida em que impõe compartimentos, vestes, trejeitos ditos como sendo “de homem” ou “de mulher” e qualquer um que fuja de tais normas impostas é vista como desmerecido de respeito, visto como uma “doença” na sociedade, segundo Miskolci, podemos chamar de “abjeção”. O autor complementa que “[...] os queer criticam esses valores, mostrando como eles engendram as experiências da abjeção, da vergonha, do estigma. (2012, p. 25). A teoria procura então expandir os horizontes e acolher pessoas antes não vistas, como pessoas negras, transexuais, travestis entre outros também protagonistas de movimentos sociais. Sobre a Teoria Queer, Miskolci complementa que “A Teoria Queer lida com o gênero como algo cultural, assim, o masculino e o feminino estão em homens e cada um de nós [...] tem gestuais, formas de fazer e pensar que a sociedade pode qualificar como masculinos ou femininos independentemente do nosso sexo biológico. (2012, p. 31). Ou seja, a teoria Queer defende o ideal sócio histórico que é formulado o gênero, não tendo padrões determinados que o definam.

1.2 População TT: Âmbito escolar e laboral

A população TT. é dos segmentos populacionais mais negligenciadas socialmente. A não aceitação à identidade de gênero delas e deles é uma barreira em meio as normais sociais impostas com base no binarismo de gênero e na moralidade.

Essa não aceitação impacta na vida da população TT. na medida em que não é vista como ser humano como qualquer um, mas sim vista com olhar julgador, se limitando ao seu estigma, que no caso seria sua identidade de gênero.

Exemplo dessa negação das demandas e vidas da população TT., está presente no âmbito escolar, sendo a educação garantida na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988) se configura um espaço onde é realizado as primeiras interações sociais do ser humano, mas

a escola que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. (BENTO, 2008, p. 165-166).

Resultando falta de informação, o que é contraditório tendo em vista ser um espaço de aprendizagem e de construção e desconstrução de conhecimentos, acaba se tornando um dos primeiros espaços no qual a pessoa transexual e travesti sofre discriminação e reclusas.

Exemplo disso, é Base Nacional Comum Curricular - BNCC, [...] documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (MEC, 2017) aprovado pela CNE - Conselho Nacional de Educação - que extingue os termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” da sua estrutura. A retirada dos termos traduz diretamente nos alunos LGBTs na medida em que não é debatido temas em sobre a diversidade sexual e gênero existentes no Brasil, fora a questão da discussão de diferenças e desigualdades enfrentadas por pessoas do gênero feminino. Temas como violência, machismo, LGBTfobia, feminismo, entres outros, relevantes para um debate crítico acerca das

formas de opressão de um ser para outro, não podem ser discutidos em sala de aula, prejudicando a sensibilização e respeito, principalmente com o público LGBT.

Mais especificamente, a população TT. sofre no meio acadêmico por questões de não respeito à sua identidade de gênero, se apresentando no desrespeito as suas vestes e principalmente no uso de seu nome social. Nome social, é o nome com o qual a pessoa prefere ser chamada no seu cotidiano, e para pessoas transexuais e travestis ele é um dos mecanismos para garantir o respeito à sua identidade de gênero. A Lei Federal nº 8.727/16 garante nacionalmente o direito de transexuais e travestis usarem seu nome social em [...] no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (PLANALTO, 2016).

Mas somente no dia 17 de janeiro de 2017, a resolução que autoriza o uso do nome social nos espaços educacionais foi homologada pelo CNE, fazendo com que estudantes maiores de 18 anos possam fazer a matrícula com o seu nome social, já os menores de 18 anos, por intermédio dos pais ou representantes legais.

Assim, um avanço na luta pela população de transexuais e travestis, em meio ao bullying e constrangimento sofrido por não respeitarem o nome pelo qual a pessoa se reconhece e gostaria de ser chamada.

Segundo dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)⁴, cerca de 90% de transexuais e travestis estão no mercado da prostituição no Brasil.

Mesmo com a expressiva taxa, a prostituição não é regulamentada como profissão, porém no ano de 2002 a categoria profissional recebeu o CBO - Classificação Brasileira de Ocupações, com o número 5198-05 reconhecendo que há profissionais de sexo ativos no Brasil. Uma forma de diminuir os riscos de violência e desamparo para com as profissionais do sexo, foi o Projeto de Lei 4211/2012, conhecida também por Lei Gabriela Leite, em homenagem à Gabriela Leite, ativista pioneira em prol dos direitos das profissionais do sexo no Brasil, proposto pelo deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) que prevê, entre outras normativas, a regulamentação da prostituição como categoria de trabalho (RIO DE JANEIRO, 2012).

⁴ ANTRA. MAPA DOS ASSASSINATOS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL EM 2017. Relatório detalhado sobre a morte da população T. no Brasil no ano de 2017, fazendo um recorte racial, de gênero e faixa etária das vítimas, região do país onde foram assassinadas, entre outras informações. Relatório disponível: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>.

Se sancionada, tal lei garantirá mais segurança e proteção aos profissionais de sexo, devido as frequentes violências, agressões e homicídios sofridos contra as profissionais, dentro delas estão as pessoas transexuais e travestis.

Sendo o viés de prostituir o menos aceito socialmente e pela profissional não ter uma renda fixa, segurança no trabalho e garantias de crescimento profissional, grande parte da população TT. buscam outro espaço de trabalho, de preferência o formal. Porém, a busca por um novo espaço de trabalho acaba sendo árdua e cheia de barreiras. Uma delas relacionada é o quesito de educação da população LGBT., afinal, dado o alto índice desemprego de 12,2% (IBGE, 2017) e a flexibilização do trabalho, fica cada vez mais difícil da população brasileira se inserir no mercado de trabalho formal, dificuldade intensificada para com as pessoas transexuais e travestis.

Essas por sua vez, na maioria dos casos, apresentam um déficit educacional que se transforma em um fator determinante na sua busca por emprego formal. Outra barreira a ser enfrentada pelas pessoas transexuais e travestis é discriminação em meio aos processos seletivos, que dão poucas oportunidades para a população TT e pela falta de conhecimento dos termos corretos acerca da mesma.

1.3 Programa Transcidadania: Uma nova porta se abre

O Transcidadania é uma vitória e uma conquista, pois me reinseri na sociedade. Isso não acontece só comigo, mas com todos nós. Agora temos uma moradia para voltar à noite, temos acesso aos estudos e estamos buscando na justiça a retificação do nome. Finalmente vamos chegar a uma loja e não vão ficar nos olhando com aquela cara “como assim?” No documento está João, mas ali é Maria”. Essa conquista vou levar para o resto da vida, vou levar o Programa Transcidadania comigo para sempre, pois ele me abriu meus horizontes, me levou a lugares que eu jamais imaginaria chegar. (Daniele Cavalcante. IN: CONCILIO et al., 2016 p. 24)

O Programa Transcidadania, instituído em 29 de janeiro de 2015, data em que se celebra o Dia Nacional da Visibilidade Trans, concretizado através do decreto municipal de nº 55.874 na prefeitura de São Paulo pela da Gestão Haddad.

O emprego da palavra “Transcidadania” nessa intitulação se traduz num jogo político, ao usar o nome do programa, na intenção de ressaltar as particularidades do cenário de cidadania da população trans, pensando principalmente o acesso à educação e a mercado de trabalho. (RAIZAC, 2017, p.85)

Uma política pública inédita em São Paulo e em toda a América Latina, possui o objetivo, promover os Direitos Humanos, visto que a população TT. em sua totalidade tem uma realidade mais excludente de toda a população LGBT por questões de gênero. Partindo desse pressuposto, o programa foi elaborado especificamente para essa comunidade que vivencia em seu cotidiano a exclusão social.

Anteriormente ao Programa Transcidadania, já havia um programa de combate à violência e promoção da cidadania LGBT: Brasil Sem Homofobia - BSH sendo reconhecido como um grande avanço em políticas públicas para a população LGBT:

O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais “Brasil sem Homofobia”, é uma das bases fundamentais para ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil. Um verdadeiro marco histórico na luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença. É o reflexo da consolidação de avanços políticos, sociais e legais tão duramente conquistados. (CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação, 2004, p.07).

Foi a partir deste programa que começa a ser colocada em pauta questões referentes às questões gerais da população LGBT, especificamente a importância da criação de políticas públicas, já que esta luta já vem sendo discutida desde meados da década de 80.

Sendo assim, anos depois, foi desenvolvido o Programa Transcidadania tendo como norte a meta 061, apresentada no ano de 2012, na qual tinha por objetivo desenvolver ações permanentes de combate à homofobia e respeito à diversidade sexual, que através de parcerias com a Coordenação de Políticas Públicas para LGBT, Secretarias do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo; da Saúde; da Educação; de Assistência e Desenvolvimento Social; de Políticas para mulheres de Direitos Humanos e Cidadania da Cidade de São Paulo e uma entidade da sociedade civil chamada KOINONIA, em conjunto, têm o intuito de promover um atendimento qualitativo e humanizado à população TT., já que mediante ao despreparo de alguns profissionais, esta população acaba não procurando serviços disponíveis devido ao preconceito e marginalização.

O programa consiste em três eixos principais que o norteiam:

- 1 - Mais Autonomia: consiste na Ação através do POT- Programa Operação Trabalho Transcidadania, inclusão no CAD único – Cadastro Único e acesso ao PBF – Programa Bolsa Família;
- 2 - Mais Oportunidades: consiste na inserção das beneficiárias no PRONATEC TRANSCIDADANIA, Conclusão do ensino básico e; médio;
- 3 - Mais Cidadania: consiste na inserção do nome social e sobre a emancipação cidadã. (CONCÍLIO et al., 2016, p. 27)

Foi a partir de estudos, pesquisas, rodas de conversa com travestis e transexuais, além de pessoas que vivenciam o cotidiano dessa população, que foram pautadas as demandas mais específicas da população TT., que impedidas pelas circunstâncias de usufruir de um direito básico estabelecido através do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, o direito à educação, e como a educação sendo essencial para se adentrar no mercado de trabalho formal em uma sociedade capitalista, nota-se que a maioria das transexuais e travestis em situação de prostituição e em condições de vida sub-humanas.

Tenho certeza que se tivesse programas como o Transcidadania espalhados pelo Brasil, muitas vidas seriam poupadas. O programa não oferece “apenas” uma bolsa, mas alimenta a esperança da conquista do direito a uma vida cidadã. Ter um programa voltado, principalmente para inserção de mulheres transexuais e travestis e homens trans na escola, não é importante apenas para estas populações. Antes de tudo, nos faz acreditar que podemos transformar a escola em um espaço que tenha como fundamento ético estruturante do seu funcionamento o respeito as diferenças. ” (Berenice Bento – Doutora em Sociologia da UFRN. In. Concilio et al., 2016).

O Programa tem seu objetivo promover aos beneficiários, oportunidades que lhes foram negadas ao longo de suas vidas, entender as dificuldades cotidianas necessárias para a população TT. que estavam direcionadas apenas às questões de saúde, desta forma a proposta do programa é a inclusão social, a inclusão no ensino básico além de apontar outros caminhos como a autonomia financeira.

É importante frisar que o beneficiário do Programa Transcidadania recebe uma bolsa auxílio no valor de um salário mínimo que lhe é oferecido através do Programa Operação Trabalho – POT -, seu objetivo é “Conceder atenção especial ao trabalhador desempregado, visando estimulá-lo à busca de ocupação, bem como a sua reinserção no mercado de trabalho (CONCÍLIO et al., 2016, p. 34).

Há requisitos básicos para os se adentrar ao programa: ser maior de 18 anos de idade; residir na cidade de São Paulo; estar isento de benefícios tais como seguro desemprego ou o FGTS; apresentar uma renda familiar de até meio salário mínimo por pessoa da família; não dispor de registro em carteira por três meses consecutivos no ano vigente; disponibilizar seis horas diárias- 30 horas semanais às atividades propostas pelo programa, uma vez que dentro de seu enfoque, o POT também consiste, de acordo com o artigo 2º, Inciso II “no desenvolvimento de atividades de capacitação e de cidadania, ministradas pelos órgãos municipais ou por entidades conveniadas ou parcerias” (CONCÍLIO et al., 2016, p 35).

São realizadas atividades no Programa Transcidadania

Grupos psicossociais, atendimentos individuais, atendimentos espontâneos, curso de cidadania e Direitos Humanos, entre outros cursos construídos a partir das demandas das(os) usuárias(os) e das possibilidades concretas de realização. (CONCÍLIO et al., 2016, p 54).

O programa é composto por uma equipe multidisciplinar: Coordenadora (1), Assistente de Coordenação (1), Psicólogas/os (3), Assistentes Sociais (3), Pedagogas/os (3), auxiliar administrativo (1) recepcionista (1) a equipe foi elaborada para atender à 200 beneficiários do programa.

São realizadas atividades internas, como grupos psicossociais, atendimentos individuais, atendimentos espontâneos, curso de cidadania e Direitos Humanos, entre outros construídos a partir das demandas das (os) usuárias (os) e das possibilidades concretas de realização. Também há atividades externas, que articulam com o trabalho em rede intersetorial do município de São Paulo: Escolas Municipais e Estaduais, Centro Integrado de Educação de jovens e Adultos (CIEJA), Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de assistência Social. (KOINONIA, 2017, p. 32)

Para ser beneficiado do programa, ocorre um cadastramento nos Centros de Cidadania LGBT localizados na cidade de São Paulo. A partir desse primeiro contato é realizado um processo com a profissional do Serviço Social para uma análise dos critérios estabelecidos, e então a pessoa é encaminhada para uma fila de espera, após o encaminhamento o candidato é avaliado novamente, mas dessa vez pela equipe do Programa Transcidadania, afim de serem coletados novos dados a respeito

do candidato e se há a disposição de preencher os requisitos propostos através do programa. (CONCÍLIO et al., 2016, p. 50).

O Programa Transcidadania está em seu 3º ano, e o que questionamos se refere à veracidade de sua efetivação, na medida em que há pessoas constestando que no período de duração de dois anos do programa, não há como ser realizado um processo de acompanhamento geral das demandas de transexuais e travestis que viveram até o momento em situações degradantes, mas o que não é incontestável refere-se ao cuidado da equipe multidisciplinar totalmente eficaz e qualificada tem referente aos usuários do programa, o que mostra a extrema importância e necessidade de investimentos já que este programa é um espelho e exemplo de política pública para o Brasil e o mundo.

Em 2018, houve a descentralização do Programa Transcidadania, que até então estava instalado somente na região central, especificamente no Largo do Arouche, para cada dos polos dos Centros de Cidadania LGBT nas regiões, Sul, Leste, Norte, e Centro da cidade de São Paulo. Com isso, a organização do Programa Transcidadania fica responsável pela ONG que administra o próprio Centro de Cidadania.

1.4 Serviço Social e a pauta LGBT

A carência ou escassez de algo que é necessário para a sobrevivência do ser humano, precisa ser suprido. Requerer uma solução faz com seres humanos pratiquem funções, funções essas que o obrigam a intervir e alterar o seu espaço ao redor. Algo que Marx exemplifica com a questão da fome, ao dizer que a mesma [...] é fome, mas se é satisfeita com carne preparada e cozida e se é ingerida com a ajuda de garfo e faca é diferente da fome que é satisfeita devorando carne crua, destrocada com as mãos, as unhas e os dentes (MARX, 1970 apud BARROCO, 2009 p. 22), ou seja, o ser humano interfere no seu meio para modificar dada situação já estabelecida por meio do trabalho.

A palavra trabalho vem do latim *tripalium*, termo utilizado para designar instrumento de tortura, ou mais precisamente, “Instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, nas quais agricultores

bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho para rasga-los e esfiapa-los”. (ALBONORZ, 1994, p. 10)

Animais e humanos se assemelham inicialmente porque:

Os vegetais absorvem umidade, minerais e luz do sol; os animais alimentam-se de vida vegetal ou da rapina. Mas apoderar-se desses materiais da natureza tais como são não é trabalho; o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais para melhor sua utilidade. Pássaro, castor, aranha, abelha e térmita, ao fazerem ninhos, diques, teias e colmeias, trabalham, por assim dizer. Assim, a espécie humana partilha com as demais a atividade de atuar sobre a natureza de modo a transformá-la para melhor satisfazer suas necessidades. (BRAVERMAN, 1977, p. 49)

No entanto existem diferenças no trabalho realizado pelos humanos e o trabalho dos animais, O humano faz além da sua sobrevivência enquanto o animal apenas faz o necessário para tal, de uma forma meramente instintiva

Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira. (BRAVERMAN, 1977, p. 49).

Esse se constitui o trabalho, a alteração de “algo para algo”, sendo o segundo diferente do primeiro e mais complexo, se tornando um trabalho, como diz Braverman “consciente e proposital”, (1987, p. 50) em que se tem a consciência da razão pela qual está executando tal trabalho e o objetivo a ser alcançado com tal atividade.

Durante séculos o conceito e materialização do trabalho tem sido modificado e fazendo parte do que é homem, do que ele produz:

Para Marx a essência do ser humano está no trabalho. O que os homens produzem é o que eles são. O homem é o que ele faz. E a natureza dos indivíduos depende, portanto, das condições materiais que determinam sua atividade produtiva (ALBORNOZ, 2008, p. 69)

As relações de trabalho sempre foram mutáveis, a exemplo das cidades de Grécia e Roma antiga, civilizações polos de importantes avanços na área da ciência, filosofia, literatura, astronomia, entre outras, mas que na questão laboral, adotavam um sistema de trabalho retrógrado, a exemplo do escravista, no qual “[...] cerca de

80% da população compunham-se de escravos (HUNT; SHERMAN; 1986, p.11), a serviço de senhores de escravos, os tratando como mera mercadoria troca e venda.

No sistema feudal, marcado por um sistema sucessivo de obediência dependência, como citam Hunt e Sherman (1986) partindo do “servo, isto é, o camponês, recebia proteção do senhor feudo que, por sua vez, devia lealdade e era protegido por outro senhor mais poderoso, e assim por diante, culminando no rei, a figura máxima da hierarquia” (p. 12), hierarquia essa em seu nível mais alto, os nobres e no mais baixo, os servos.

A Revolução Industrial que começou entre o século XVIII e XIX e “irradiou por toda Europa Ocidental através dos fluxos migratórios atingiu também os Estados Unidos, significa apenas o momento das grandes invenções que vieram a revolucionar as técnicas e o processo de produção”. (MARTINELLI, 2010, p. 36).

Momento marcado por um processo de grandes transformações, onde segundo Martinelli, as pessoas haviam sido “substituídas por máquinas, que já não dependia de sua energia para se mover, separado de sua força de trabalho, pois somente ele, tornada mercadoria, interessava aos donos do capital”. As máquinas tornaram-se verdadeiros deuses do capitalismo, com “o surgimento de grandes unidades fabris, foram resultados materiais da Revolução Industrial, cujos efeitos ultrapassaram os limites das fábricas e atingiram a sociedade como um todo”. (MARTINELLI, 2010, p. 36).

Na Revolução Industrial, havia esse “novo modo de produção exigia a concentração dos trabalhadores em um espaço específico: a fábrica, a indústria, lócus da concentração da produção, tendo em vista a expansão do capital”. (MARTINELLI, 2010, p. 36). ”. O crescimento da indústria o capitalismo visava cada vez o trabalho escravo, trouxeram mulheres, jovens e crianças “exigindo do trabalhador longas e penosas jornadas, através das quais o capitalista procurava auferir os lucros máximos de seus investimentos” (MARTINELLI, 2010, p. 43).

Durante séculos, o conceito e materialização do trabalho tem sido modificado e fazendo parte do que é homem, do que ele produz:

No atual sistema de trabalho que rege a maioria dos países do mundo, o capitalismo, em linguagem um pouco mais técnica, Karl Marx o havia definido como

modo de produção cujos meios estão apossados pelos capitalistas, que constituem uma *classe* distinta da sociedade. (CATANI, 2011, p. 16) em linhas gerais, fruto do capitalismo, é oriunda a divisão social do trabalho, divisão esta que se faz possível partindo do pressuposto que

Como nessa sociedade o indivíduo não tem todas as profissões necessárias para satisfazer as múltiplas necessidades (de alimentação, de vestuário, de habitação, de meios de produção etc.), uma vez que ele possui apenas uma profissão, só consegue substituir se puder simultaneamente adquirir os produtos do trabalho de outrem (CATANI, 2011, p. 17)

A partir dessa divisão, se faz necessário, como uma obrigação, a importância de uma profissão para o homem se manter em sociedade, um ofício, como sua importância dita as relações sociais de um indivíduo com o seu meio, não só agora como humano, mas como um trabalhador.

Trabalhador esse que por não ser provindo de nenhum meio de produção ou capital, como expõe lamamoto, “se vê obrigado a vencer, para sobreviver, a única mercadoria que possui: sua força de trabalho. (2011, p. 44). A partir daí se instaura duas classes sociais diversas e antagônicas, uma detentora do capital e dos meios de produção (classe burguesa) e a outra sendo provinda apenas da sua força de trabalho braçal e mental (classe trabalhadora ou classe operária).

A forma conflitante como eram dadas as relações entre ambas as classes era nítida, tendo em vista que

[...] por ser detentora do capital e dos meios de produção, a burguesia unia-se na busca da consolidação da ordem burguesa, do regime capitalista. Seu interesse pelo proletariado era inteiramente esvaziado de qualquer sentido humano, pois aos seus olhos o operário era apenas e tão-somente força de trabalho, uma mercadoria como qualquer outra, da qual necessitava para expandir seu capital (MARTINELLI, 2010, p. 44).

Ou seja, o objetivo da burguesia era aumentar cada vez seu capital, concretizando por meios de suas ações repressoras contra a classe trabalhadora.

Com as novas formas de relação de trabalho, surgem movimento por parte da classe operaria que se torna “cada vez mais organizado politicamente e o proletariado era uma presença marcantemente significativa no cenário social, não obstante todos os esforços em contrário da burguesia” (MARTINELLI, 2010, p.100).

Entretanto, a luta do proletariado não se restringia apenas no âmbito laboral, mas também nas suas condições de vida como um todo, como saúde, educação, e aquisição de recursos financeiros, pois os mesmos nesse período “amontoam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectas, sendo muito frequente a carência — ou mesmo falta absoluta — de água, esgoto e luz”. (IAMAMOTO, 2011, p. 137). Mostrando como a luta da classe trabalhadora transpareceu sua relação com o trabalho, e como cita Martinelli, [...] atravessava, portanto, não somente sua vida, mas também a própria morte (2010, p.101), evidenciando como suas condições de vida alteravam suas chances de sobrevivência e de dignidade humana.

O quadro social e econômico nessa época contribuiu para a luta da classe trabalhadora, em momentos de pós I Guerra Mundial e a Grande Depressão da Inglaterra, trouxeram consigo momentos de tensão e de incerteza entre todos. A exemplo da empregabilidade instável, enquanto “o desemprego atingia níveis alarmantes [...] e [...] a pobreza e todo o conjunto de problemas sociais a ela associados cresciam sensivelmente. (MARTINELLI, 2010, p. 94).

Em meio a uma conjuntura social instável, a questão social que é o “conjunto de problemas políticos sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista” (NETTO, 2011 apud MARINHO, 2017, p.119), com altos níveis de pauperismo fica em maior evidência, necessitando de intervenção por parte do Estado.

Porém, tal intervenção dada em conjunto com a Igreja Católica e classe burguesa, não foi realizada por um viés emancipatório ou de criação e legitimidade de direitos. Com a criação da Sociedade de Organização da Caridade, no ano de 1869 na cidade de Londres, as atividades antes realizadas feitas por um viés totalmente filantrópico por membros da sociedade melhores abastados financeiramente, ganharam legitimidade.

O Serviço Social se torna nesse momento, mecanismo intermediário entre os interesses da classe burguesa contra a classe trabalhadora, priorizando interesses da primeira para “garantir a marcha expansionista e a definitiva consolidação do sistema capitalista” (MARTINELLI, 2010, p. 67) tanto almejada pela burguesia, além é claro, de sua dominação como classe.

O viés adotado para intervir na questão social foi o “ajustamento” da classe trabalhadora para entrar em acordo com o ideário burguês, sendo visível como o Serviço Social “se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas” (IAMAMOTO, 2011, p. 86), não esquecendo que mesmo estando no intermédio de duas classes que buscam necessidades próprias opostas e atuando para o suprimento das mesmas, o profissional ainda é considerado como classe trabalhadora.

No contexto brasileiro, fazendo uma análise sobre os Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, com objetivo de associá-los à conjuntura política, social e econômica presente na época de sua aprovação e citando como a categoria de Serviço Social atuou com frequentes mudanças no Brasil.

Algo a salientar e que respaldava as práticas do profissional de Serviço Social, era também o Código de Ética do profissional assistente social vigido na época.

Datado no ano de 1947 ele formula quais os deveres e do profissional, e o que a ele era impedido. O Serviço Social teve fortes influências europeias, partindo como exemplo a vertente da Doutrina Social da Igreja, sendo considerada pela carta encíclica “Quadragesimo Anno” do Papa Pio XI, a vertente necessária para “restauração e aperfeiçoamento da ordem social” (MARTINELLI, 2010, p. 116), enaltecendo a importância do catolicismo na atual conjuntura social brasileira, como meio ideológico para os profissionais na sua intervenção com os beneficiados, auxiliando-os com seus problemas morais, materiais e sociais.

Na sua estrutura, as palavras “Deus” e “moral” entram em consonância com o ideário voltado na época, sendo Deus, como formula lamamoto “a fonte de toda a justiça, e apenas uma sociedade baseada nos princípios da cristandade pode realizar a justiça social” (2011, p. 168), justiça essa, difundindo do seu sentido etimológico, ao denominar as pessoas atendidas pelos assistentes sociais como “desajustadas”. Tal denominação reforçava a ideia de que o Serviço Social era “um instrumento de reforma do caráter” (MARTINELLI, 2010, p.110) para com a classe trabalhadora, e caracterizava com essa nomenclatura, qualquer indivíduo que ia de contramão a moral cristã vigente.

O segundo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, vigente a partir de maio de 1965, avançou na questão da nomenclatura aos seus beneficiados, ao chamá-los de “clientes” e também ao salientar detalhadamente questões pertinentes as ações dos profissionais de Serviço Social, á exemplo de sua relação com outros profissionais da mesma área ou não, com a entidade empregadora, com efetivação do próprio código profissional, entre outras questões, sendo visível a alta complexidade e necessidade de diretrizes ao redor do Serviço Social.

Tal complexidade se fez presente na sociedade brasileira, em meio a movimentações na economia com a posse de Juscelino Kubitschek da presidência da República, iniciando ações que propõem o um “crescimento econômico acelerado, continuado e autossustentado” (IAMAMOTO, 2011, p. 359) visando colocar o Brasil como uma das maiores potências mundiais. No âmbito político, o grande acontecimento foi o golpe de Estado no ano de 1964, tirando o até então presidente João Goulart do poder, iniciando a ditadura militar no território nacional.

Ambos marcos na história brasileira, sendo produtos de acontecimentos antecessores, dos quais não vamos elencar para não ficar demasiado o texto, impactou na categoria do Serviço Social. No que diz respeito da própria categoria estar nas décadas de 50-60, “a partir do momento em que se expandiu a base crítica da consciência social dos agentes, através da ruptura da alienação, é que eles puderam perceber o caráter conservador, subordinado e burguês de suas práticas” (MARTINELLI, 2010, p.140), levando e buscando-os a discutir o Serviço Social como profissão e na sua intervenção na questão social em meio a oscilações constantes na política e economia brasileira.

O Código de Ética profissional aprovado no ano de 1975 em meio a constantes indagações da categoria profissional, indagações adversas que resultaram no chamado Movimento de Reconceituação, apelidado pela categoria, “movimento com várias correntes e perspectivas teóricas que põe em questão Serviço Social tradicional” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 40), buscando novas estratégias de entendimento e intervenção profissional, além dos fundamentos teóricos que baseavam a atuação.

O quarto Código, aprovado no ano de 1986 marca uma ruptura com o conservadorismo enraizada nos códigos anteriores, na medida em que no seu corpo

textual legitima um “comprometimento com as necessidades e os interesses dos usuários do Serviço Social: a classe trabalhadora” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 48) aplicável a um pensamento pautado na criticidade, na historicidade e no reconhecimento da luta de classes, ou seja, a teoria marxista.

O atual Código de Ética Profissional foi aprovado no ano de 1993 e é o atual vigente. Formulado com “bases ontológicas da teoria social de Marx” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 53), o presente código se constrói conjuntamente entre profissionais da categoria, num cenário de “perda de direito dos trabalhadores e sua desmobilização política” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 48) por conta de políticas neoliberais presentes, mesmo com a consolidação da Constituição Federal de 1988.

Após esse resgate sobre os códigos de ética profissional do assistente social, em nenhum deles está presente algo relacionado à população LGBT ou relacionados, é obvio que as nomenclaturas para com os usuários foram modificadas, desde dos chamados “desajustados” para agora “usuários”. Somente no presente código de ética que os termos “gênero” e “sexualidade” são colocados no seu corpo estrutural

Em um dos princípios presentes no código de ética da categoria, podemos citar como exemplo, o princípio XI:

Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 1993, p. 24).

Por esse princípio, é de extrema importância uma atuação do profissional de Serviço Social lutando em prol da defesa contra qualquer forma de violência e discriminação, ainda especificando no princípio a questão de gênero e orientação sexual, pautas pertinentes para a luta contra a LGBTfobia, entrando em consonância com o Projeto Ético Político da profissão.

Juntamente com esse princípio é de total relevância que o profissional de Serviço Social não só atue de forma ética e emancipatória, mas que tenha “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CFESS, 1993, p. 23).

Ressaltamos ainda ações coletivas feitas pela categoria profissional de Serviço Social em prol de maior visibilidade com a causa LGBT e com enfoque na pauta

transexual e travesti. O CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) realizado a cada três anos por meio da parceria entre o CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e a ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), entidades representativas da categoria de Serviço Social, tem como objetivo, a troca de experiências, indagações e conquistas por parte de profissionais e estudantes da categoria.

No 14º CBAS, realizado entre os dias 14 e 18 de outubro de 2013 na cidade de Águas de Lindóia, interior de SP, foi realizada plenária tendo como título: Diversidade sexual e identidade de gênero: desafios para o Serviço Social e no ano de 2016, especificamente entre os dias 5 e 9 de setembro com o 15º CBAS realizado na cidade de Olinda no Pernambuco houve uma sessão temática com o título “Diversidade Sexual e Identidade de Gênero: questões para o exercício profissional. É nítido como os temas: gênero e sexualidade se adentraram nos últimos CBAS, evidenciando como os temas são pertinentes para a categoria de Serviço Social na medida em que são identificadas e discutidas no cotidiano profissional das/dos assistentes sociais e de estudantes no espaço acadêmico.

O CFESS se faz presente como entidade reconhecedora dos direitos das pessoas LGBT e da sua relação com os profissionais de Serviço Social, prova disso são as recentes resoluções feitas pautando no atendimento à população T. Como por exemplo, a Resolução CFESS de nº615/2011⁵, na qual concedeu o direito a pessoas transexual ou travesti a usar seu nome social no documento de registro profissional sendo que “Até serem expedidos os novos documentos profissionais o nome social será inserido somente na Carteira de Identidade Profissional no campo “Nome”, sendo o nome civil grafado na linha seguinte” (CFESS, 2011) a Resolução CFESS de nº594/2011⁶ que altera o termo “opção sexual” por “orientação” e inclui a palavra “gênero” no seu corpo do documento do Código de Ética do/a Assistente Social e a Resolução CFESS de nº845/2018⁷ que discorre à respeito do trabalho do profissional de Serviço Social no processo Transexualizador.

⁵ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf>. Acesso em 06 de junho de 2018.

⁶ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Res594.pdf>. Acesso em 06 de junho de 2018.

⁷ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCfess845-2018.pdf>. Acesso em 06 de junho de 2018.

Além das resoluções citadas, no ano de 2013 o CFESS lança a campanha “Nem rótulos, nem preconceito. Quero respeito” em prol do respeito ao nome social de pessoas transexuais e travestis, além de realizar no ano de 2015 em conjunto com o CRESS-SP, o “Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate” com o objetivo de abrir debates acerca da atuação do profissional de serviço social para com a população T.

Como a população LGBT ser demograficamente menor se compararmos à população de heterossexuais e pessoas cisgênero, o ato do profissional ter respeito às pessoas que fogem do modelo heteronormativo, é imprescindível, pois a partir do momento que a categoria se compromete com um projeto ético político visando um ideário societário livre de preconceitos, discriminação e quaisquer formas de violência e opressão, o profissional assume um compromisso para com a população LGBT, em não limitar sua atuação e expandir seu conhecimentos na luta pelos direitos dessa população, não limitando seu trabalho com o gênero ou orientação sexual de um usuário.

É pertinente abrimos debates críticos referentes a teoria escassa sobre o serviço social e a população LGBT, o que não necessariamente leva o mesmo contexto, mas:

É comum que consideremos o trabalho no campo da diversidade sexual e de gênero uma questão nova para a profissão, mas isso não é verdade. Ele pode ser um tema relativamente novo para a reflexão teórica, mas não é como desafio cotidiano nos espaços sócio ocupacionais onde o/a assistente social está. (CFESS, 2016, pag.16)

Como a citação expressa, retirada do caderno quatro, intitulado “Transfobia”⁸ da série de cadernos publicados pelo CFESS da série nominada “Assistente Social no combate ao preconceito”, mesmo com pouco material teórico sobre as formas de se intervir sendo um profissional de Serviço Social para com a população de transexuais e travestis, não é motivo de não atualizar, estudar e intervir de forma a legitimar os direitos dessa população.

⁸ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf>. Acesso em 06 de junho de 2018.

1.5 Metodologia de Pesquisa

Nesta pesquisa foi utilizado a abordagem de pesquisa qualitativa, a qual segundo Deslandes (2009):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, como um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (DESLANDES, 2009, p. 21).

Ou seja, optamos por essa abordagem de pesquisa pelo fato de buscarmos informações além da quantidade de pessoas transexuais e travestis empregadas ou não empregadas, e sim, de forma subjetiva, conhecer acerca de como o Programa Transcidadania as beneficiou.

Nesse interim, a entrevista será a técnica principal, pois com ela

[...] o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores. (RIBEIRO, 2008, p. 141).

A entrevista, portanto, nos permitiu um maior aprofundamento das questões subjetivas das entrevistadas e permitiu com que se sintam mais dispostas para a entrevista.

Sobre o modelo de entrevista, optamos pela entrevista semiestruturada sendo que a mesma, segundo Manzini:

[...] está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. O uso de gravador é comum a este tipo de entrevista. (MANZINI, 1990/1991, p. 154).

Dessa forma, a entrevista semiestruturada facilitou abertura das (os) beneficiadas na exposição de suas experiências antes, durante e após o Programa Transcidadania. Entretanto, possuímos um roteiro com questões fundamentais para nortear a entrevista. Sobre a utilização do aparelho de gravação, ele é, segundo Gil:

O modo mais confiável de reproduzir com precisão as respostas é registrá-las durante a entrevista, mediante anotações ou com o uso do gravador. A anotação posterior à entrevista apresenta dois inconvenientes: os limites da memória humana que não possibilitam a retenção da totalidade da informação e a distorção decorrente dos elementos subjetivos que se projetam na reprodução da entrevista. A gravação eletrônica é o melhor modo de preservar o conteúdo da entrevista (GIL, 1999, p. 119).

Portanto, o uso do gravador se fez necessário na medida em que o usamos como instrumental para transcrever as entrevistas, sem margem para descuidos, omissão e desfalque de informações.

A respeito da ética respeitada, o uso do gravador só pode ser utilizado, como cita Gil:

[...] com o consentimento do entrevistado. O uso disfarçado do gravador constitui infração ética injustificável. Se a pessoa, por qualquer razão, não autorizar a gravação, cabe, então, solicitar autorização para a tomada de anotações (GIL, 1999, p. 119).

O tipo de pesquisa usada no nosso projeto foi a exploratória pois possui “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisadas para estudos posteriores”. (GIL, 1999, p. 43). Tal viés de pesquisa nos proporcionou um maior aprofundamento sobre a temática transexual e travesti e do Programa Transcidadania, em vista que há pouco material bibliográfico acerca do programa.

O local onde efetivamos as entrevistas, foram em dois Centros de Cidadania LGBT. O Centro de Cidadania LGBT é um serviço público, onde foram criados por:

[...] iniciativas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas para LGBT, realizada em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Inaugurados em 2015 (Arouche) e 2016 (Zona Sul, Zona Leste e Zona Norte), os centros atuam a partir de dois eixos: Defesa dos Direitos Humanos: atendimento a vítimas de violência, preconceito e discriminação. Prestação de apoio jurídico, psicológico e de serviço social, com acompanhamento para realização de boletins de ocorrência e demais orientações. Promoção da Cidadania LGBT: suporte e apoio aos serviços públicos municipais da região central, por meio de mediação de conflitos, palestras e sensibilização de servidores. Realização de debates, palestras e seminários. (PREFEITURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2018).

Sendo um serviço pautado na cidadania, emancipação e garantia de direitos para com a população LGBT, por ter sido o campo de estágio de um dos autores deste trabalho e o pelo fato de o Programa Transcidadania ter sido descentralizado do centro de São Paulo para cada um dos polos do Centro de Cidadania LGBT, escolhemos esse serviço.

A respeito da entrevista, foi realizada com dois públicos alvos: as (os) recém-formadas (os) do Programa Transcidadania e 2 profissionais de Serviço Social responsáveis pelo programa. Escolhemos 3 recém-formadas (os) do programa Transcidadania. Escolhemos o número 3 de entrevistadas (os) para não correremos o risco de não as contatar a tempo da realização da pesquisa e para conseguir fazer uma análise detalhada de cada uma delas.

Cada entrevista tanto com as recém-formadas (os) quanto com as profissionais de Serviço Social, teve 10 minutos de duração, com a construção do corpo do roteiro optada por 4 questões programadas para as (os) recém-formadas (os) e 3 questões para as profissionais, nas quais optamos por perguntas mescladas entre abertas e fechadas.

O contato com as beneficiadas (o) do Programa Transcidadania foi realizado por intermédio de uma profissional de Serviço Social responsável pelo programa em um dos Centros Cidadania LGBT, pela a mesma ter acesso a informações sobre as beneficiadas que já passaram pelo Programa Transcidadania. Tais contatos viabilizados serão o endereço de e-mail e/ou número de telefone para os pesquisadores mediante autorização das beneficiadas (os).

Foi solicitado contato de no máximo 10 formadas (os) que mediante a sorteio através sítio eletrônico: "Sorteador". Este sítio eletrônico possui uma ferramenta gratuita para sorteios, na qual é possível realizar um sorteio imparcial das pessoas a serem selecionadas para as entrevistas. Nesse caso, foram contatadas três pessoas para realizar a entrevista, caso não haja um consentimento do sujeito de pesquisa realizaremos um novo sorteio com os sujeitos de pesquisa remanescentes.

Foi resguardado os nomes tanto das beneficiadas do programa, quanto os das profissionais de Serviço Social, levando em consideração uma norma da Resolução do CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) onde diz ser importante "contar com o consentimento livre e esclarecido do participante da pesquisa e/ou seu

representante legal [...]. Ao invés de colocarmos e verdadeiros nomes das nossas entrevistadas, iremos substituir por nomes fictícios.

Quanto às categorias de análise, procuramos nos pautar em duas análises: primeiro sobre a atuação da profissional de Serviço Social e segundo sobre o impacto do programa na vida das (os) beneficiadas (os). O primeiro contou com a categoria de análise: “Atuação da/o profissional de Serviço Social no Programa Transcidadania” na qual nos aprofundamos na trajetória profissional das assistentes sociais e como se dá a sua atuação nesse programa inédito. Em seguida nos centralizamos na categoria: “Impactos que o Programa Transcidadania trouxe na empregabilidade das (os) beneficiadas (os)” na qual nos debruçamos nas entrevistas realizadas e procuramos traçar como o Programa Transcidadania impactou sua (re)inserção no mercado de trabalho formal.

Por se tratar de uma pesquisa que será composta, por parte, de entrevistas realizadas com seres humanos, a de se antemão levar em consideração alguns pontos, todos pautados na Resolução 196/96 do CONEP, criada pelo CNS (Conselho Nacional de Saúde) na qual diz respeito às normas e diretrizes regulamentadas acerca de pesquisas com seres humanos.

O primeiro é a autorização prévia dos sujeitos de pesquisa participantes, no qual a resolução cita em seu parágrafo três, inciso “a” o “consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes”, ou seja, requer autorização dos sujeitos de pesquisa antes de dar qualquer início a pesquisa. Tal consentimento gera a conduta de garantir autonomia à pessoa, se ela deseja ou não se dispor como sujeito de pesquisa, sendo no nosso caso, verificar se as três pessoas beneficiadas pelo Programa Transcidadania e as duas assistentes sociais atuantes no programa, aceitam de livre escolha serem nossos sujeitos de pesquisa.

Em seguida, a conduta de beneficência presente no inciso “b” na qual dispõe sobre “ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos” em que levaremos como princípio inicial o resguardo das entrevistas realizadas para com os sujeitos de pesquisa para assim, como diz a continuidade do inciso, “comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos”, ou seja, garantirmos que as gravações decorrentes da entrevistas não passem

por posse de terceiros, respeitando as exposições pessoais e profissionais dos nossos sujeitos de pesquisa e garantindo que seus relatos não possam ser usados para finalidades fora do cunho acadêmico.

A respeito da “garantia de que danos previsíveis serão evitados” inscritos no inciso “c”, iremos nos certificar de que o espaço de realização das entrevistas será de total proteção para com os entrevistados, respeitando seu sigilo em meio a exposição de relatos. E por último, pautado no inciso “d” da resolução dispondo “relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis...”, sendo no caso a expondo as três beneficiadas do Programa Transcidadania a importância da pesquisa sobre suas visões acerca da participação do programa, podendo servir de norte e apoio para novas pesquisas sobre esse recente programa. Em relação assistentes sociais mostrar sua forma de atuação à frente do Programa Transcidadania, de quais formas o Serviço Social legitima seu fazer profissional nesse novo espaço ocupacional e evidenciar a importância do mesmo na garantia de direitos das pessoas transexuais e travestis.

Feito as observações em respeito dos princípios éticos a seres garantidos na pesquisa, o projeto de pesquisa precisará ser avaliado, a respeito desses princípios éticos, pelo CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) da UNISA (Universidade Santo Amaro) para em seguida ser avaliado e, após apontamentos pertinentes, pelo CONEP, para enfim realizar a pesquisa.

2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: IMPACTOS DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA NA EMPREGABILIDADE DAS BENEFICIADAS E O TRABALHO DA PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

2.1 – Assistentes Sociais

Iniciamos a partir desse momento a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas realizadas com as profissionais de Serviço Social do Programa Transcidadania e com as pessoas transexuais e travestis beneficiadas pelo mesmo.

A começar pelas profissionais de Serviço Social, resguardamos seus reais nomes, com o intuito de manter o sigilo sobre suas falas, e substituímos por nome de flores. As flores escolhidas são Girassol e Dália.

Diante de um vasto campo sócio ocupacional em que as profissionais de Serviço Social podem atuar, como Saúde, Assistência Social, a política de Direitos Humanos é uma opção. Há inúmeros equipamentos de atuação, como Centro de Referência a Mulher, Centro de Defesa e de Convivência da Mulher, Centro de Cidadania da Mulher e o Centro de Cidadania LGBT.

Segundo dados não atualizados do CFEEES, no ano de 2005, o campo de Direitos Humanos havia cerca de 6,57% de profissionais inseridos na área (CFEEES, 2005, p. 47).

O Serviço Social tem uma longa tradição de luta pelos DH: em todos os continentes e países em que atua se caracteriza pelo compromisso ético com a dignidade humana, pelo respeito outros em todas as suas atuações de vida e escolhas, sem discriminações e preconceitos de raça, etnia, religião, orientação sexual, etc. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 09)

Tendo em vista que em um dos princípios do código de ética profissional, deixa claro a importância da defesa dos Direitos Humanos na atuação da profissional, ludificando: defesa intransigente dos Direitos Humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo (BARROCO; TERRA, 2012. p. 124).

Assim, o Programa Transcidadania é viabilizado através do serviço Centro de Cidadania LGBT, serviço este que serviu de local para nossas entrevistadas assistentes sociais, que ao serem perguntadas como se inseriram como profissionais do Programa Transcidadania, afirma a entrevistada Girassol:

Eu participei de um processo seletivo para um serviço que estava abrindo na zona sul voltado para a população LGBT, isso em janeiro de 2016, aí quem fez o processo seletivo foi a organização chamada UNAS da região de Heliópolis, aí eu passei nesse processo seletivo e comecei a trabalhar no Centro de Cidadania LGBT da Zona Sul, que foi o segundo Inaugurado em São Paulo [...]. (Assistente Social Girassol).

Girassol ressalta o momento em que o Programa Transcidadania começou a descentralizar do Centro de Cidadania LGBT Arouche para outros, inclusive o da zona sul no qual realiza sua atuação:

[...] porque assim, o Programa Transcidadania tem que ter uma assistente social, uma psicóloga e uma pedagoga, aí optei por trabalhar diretamente no programa Transcidadania, por querer ter vivência, experiência voltada diretamente para a Trans, acompanhar um grupo, a evolução de um grupo, como entrou como ta saindo, eu gosto desse tipo de entretenimento, essa visualização da perspectiva do outro né, aí foi isso, foi assim que entrei no programa Transcidadania. (Assistente Social Girassol).

Dessa forma nossa segunda profissional, Dália, se assemelham na forma em que adentaram no Programa, passando primeiramente pelo Centro de Cidadania LGBT em seguida entrando para o Programa Transcidadania, serviço que deu embasamento para uma atuação no Programa, e uma amplitude referente a políticas de Direitos Humanos.

[...] Com o novo formato, que foi o ano passado em 2017, é..., o Centro e o Transcidadania passaram a ser um único serviço, na verdade o Centro como serviço e o Transcidadania como programa [...] AS inscrições antes dessa mudança, era feita através do Centro de cidadania, então era passado pelo profissional de Serviço Social, então a gente recebia as inscrições do programa, colocava as pessoas inscritas numa lista de espera e a ficha de inscrição a gente repassava pro Transcidadania, hoje não, a gente faz inscrição a inscrição e a ficha fica tudo no Centro, então foi por esse processo, eu entrei pelo Centro e aí com a nova gestão que se tornou Centro de Cidadania LGTB Luiz Carlos Ruas e dentro do Centro, o Programa Transcidadania, passei a participar do Transcidadania. (Assistente social Dália).

Prosseguindo, ao serem questionadas se algum segmento da pauta LGBT foi exposto durante o tempo de graduação em Serviço Social, ambas disseram que não e como expõe Dália:

“[...] tinha uma matéria que eu não, não consigo me recordar mesmo que eu lembro que a gente teve alguns temas de

seminário, tinha abordagem de mulheres, adolescentes, crianças, pessoas em situação de rua, eu não consigo me recordar qual que era a matéria, mas eu lembro que o meu grupo, a gente decidiu apresentar um seminário falando da população LGBT...”. (Assistente Social Dália).

Mostrando que no seu percurso da graduação, não houve uma matéria específica que abordasse temas pertinentes da população LGBT, tendo alguma discussão sobre apenas em seminários esporádicos, entrando em concordância com Girassol, ao pontuar que:

A gente estudou gênero, mas assim, a gente fazia muita apresentação de seminários, mas tinha sim, era a professora Virgínia... é porque gênero está em pauta né, em pauta no serviço social obrigatoriamente tem que ter, mas provavelmente foi em uma dessas discussões das aulas de gênero que estudamos sobre a população LGBT. (Assistente Social Girassol).

Evidenciando a utilização de seminários, assim como diz a primeira entrevistada, mas argumenta o fato de ter estudado gênero com a professora citada.

A pauta LGBT em si, não é reconhecida como uma matéria básica no corpo textual das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, diretrizes essas que padronizam um currículo mínimo para todas as universidades que ofertem o curso de Serviço Social no Brasil com matérias básicas como Ciência Política, Psicologia, Direito, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, entre outras. Porém, é importante salientar que nas Diretrizes Curriculares há desdobramentos das matérias básicas, que podem ser feitos por meios de seminários temáticos, que é definido “como momentos de especificidade e aprofundamento de temáticas relevantes em diferentes enfoques, visando detalhamento de abordagens voltadas para a problematização e o estímulo da criatividade”. (ABEPSS, 1996, p. 15), dando oportunidade ao corpo docente do curso de Serviço Social das universidades de ensino superior de colocar em evidência assuntos pertinentes à prática profissional que podem ser focalizados por meio de tais seminários, como foi o caso de introdução a pauta LGBT na graduação de nossas entrevistadas.

Outro ponto a ser ressaltado, garantido e presente nas Diretrizes Curriculares, são as chamadas atividades complementares, “constituídas por atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho” (ABEPSS,

1996, p. 15), tendo agora como peso maior a disponibilidade e procura por parte dos alunos em Serviço Social por participar de movimentos, estudos e encontros acerca de alguma temática de seu interesse, expondo que não é necessário há regulamentação de uma matéria específica sobre um tema, como nesse caso, a pauta LGBT, para que haja pesquisas e aprofundamento da mesma, não limitando o aprendizado a somente no espaço acadêmico.

A exemplo disso, dando ênfase de como a realização de seminários influenciou no percurso acadêmico, a entrevistada ainda diz:

[...] e aí foi a partir daí também que eu e uma amiga, a gente decidiu também apresentar nosso TCC relacionado à população LGBT. Então foi através de seminário mesmo. (Assistente Social Dália).

Se faz desnecessário uma matéria básica focalizada acerca da pauta LGBT, ou qualquer outro segmento, seja ele a população negra, pessoa com deficiência, entre outros, pois acarreta em duas problemáticas: a primeira, estendendo a duração do curso de Serviço Social e a segunda, fragmentando a atuação do profissional de Serviço Social por segmentos e deixando de enxergar o usuário com totalidade e singularidade, independentemente de suas características físicas, sua sexualidade, identidade de gênero, cor da pele, religião, entre outras.

Adentrando no projeto ético político da profissão, questionamos às entrevistadas como o materializa na sua prática profissional no Programa Transcidadania. A entrevistada Girassol expõe:

[...] se eu não viver o projeto Ético Político profissional na minha atuação, eu não me sinto uma profissional do Serviço Social, não me sinto uma profissional assistente social, ele que permeia toda a minha rotina de trabalho, as minhas perspectivas, as minhas buscas por melhoria profissional para que eu faça intervenções coerentes, para que eu faça intervenções mais assertivas possíveis, para que eu faça intervenções éticas, esse projeto ético Político tem que permear [...], buscando por justiça social, igualdade, por equidade, respeito [...]. (Assistente Social Girassol).

A entrevistada se refere ao projeto ético político como o seu norte profissional, na medida em que não se reconhece como profissional sem o mesmo. Algo de profunda importância, pois nada valerá o trabalho do profissional de Serviço Social se não levar o projeto ético político como ideal na sua prática, claro, em conjunto com o código de ética do/a assistente social como baseamento legal. Sobre o último, é visível

como a fala da profissional de Serviço Social vai de encontro com preceitos garantidos no código de ética profissional, a exemplo da palavra “respeito” como a mesma exemplifica por último.

Presente em diversas partes do código, a palavra “respeito” ganha mais propriedade ao ser dita ao relacioná-la com o sexto princípio fundamental do código de ética profissional, que visa do profissional “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993, p. 23).

Apesar de não nominar quais seriam os grupos socialmente discriminados ou do que é composta tal diversidade, o princípio requer do profissional, respeito às diversas formas de seres humanos, direcionando para uma atuação que procure a comunicação, ao diálogo para compreender o que é diferente, sendo esse, “[...] diferente do padrão dominante na sua forma de pensar, de se manifestar, de agir, de expressar sua individualidade” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 128).

Cita também o termo “justiça social” e a palavra “equidade”, presentes, entre outras partes do código de ética do assistente social, no princípio quinto, o mesmo apresenta: “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços, relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (CFESS, 1993, p. 23). Na sua narrativa, a assistente social tem em seu discurso termos e principalmente ideais que vão de encontro ao código de ética da sua profissão e do projeto ético político, buscando em sua prática ações que priorizem os preceitos ditos no primeiro.

Já sua colega de profissão Dália, durante toda sua fala, não disse de forma objetiva como materializa na sua atuação profissional, o projeto ético político de sua categoria, entretanto, optou por detalhar um pouco do seu cotidiano profissional ao narrar sua atuação e de colegas de trabalho ao se deparar com o primeiro contato de uma pessoa transexual ou travesti ao Programa Transcidadania, na qual introduz:

[...] acho que um dos princípios que nós temos lá é o acolhimento dessa população em geral, o LGBT, em especial a população T, de travestis, mulheres transexuais e homens trans. Então a gente busca primeiro acolher essa população, lembrando que em outros serviços ela não tem esse acolhimento como a gente garante lá no Centro, trata de uma população de muita vulnerabilidade [...]. (Assistente Social Dália).

Mesmo que não se adentre a termos inseridos no código de ética profissional, Dália discorre a importância de uma das ações primordiais no cotidiano do profissional de Serviço Social, o acolhimento.

Posterior a ele e ainda entrando em acordo com o que é explícito no princípio quinto do código de ética do/a assistente social sobre a universalidade de bens e serviços, a assistente social Dália argumenta que na sua prática profissional:

[...] a partir dos atendimentos que nós temos, a gente identifica as demandas que elas apresentam [...] identificando outras demandas que elas nem mesmo saibam que existem e que precisa ter uma solução a partir disso né. Então a partir disso, da demanda apresentada, a gente acaba encaminhando pros serviços específicos. Geralmente o que aparece é educação né, porque o perfil do programa pede, e aí tem questão de saúde, a questão dos serviços da Assistência, que elas as vezes não tem conhecimento que elas também podem acessar os serviços da Assistência, como por exemplo, fazer o Bolsa Família, elas não sabem que tem direito a isso. (Assistente Social Dália).

O trabalho da profissional de Serviço Social citada é realizado de forma a possibilitar com que sua usuária esteja a par dos direitos que possui como cidadã, mostrando outros caminhos de amparo para suas demandas “visando, sobretudo, assegurar o acesso aos bens e serviços relativos a programas e políticas sociais” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 128), como as citadas anteriormente, a política de Assistência Social, Saúde e Educação.

Além do princípio quinto, está presente no código de ética do/a assistente social no capítulo dois, no qual dispõe das relações com as instituições empregadoras, como sendo dever do assistente social no artigo 8º, inciso d: “empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais” (CFESS, 1993, p. 31), concretizando a atuação da profissional de Serviço Social, em prol de uma conduta, persistente, contínua, interessada diligente para viabilização dos direitos sociais dos usuários, mediante a implementação de programa e políticas sociais (BARROCO; TERRA, 2012).

2.2 – Beneficiadas do Programa Transcidadania

Seguindo com as análises, com as pessoas que já passaram pelo Programa Transcidadania, deve-se esclarecer que na procura por essas pessoas, não foi possível a realização da entrevista com algum homem transexual que tenha passado

pelo programa, dado que a profissional de Serviço Social de um dos polos do Centro de Cidadania LGBT, não possuía um contato telefônico ou de e-mail de um homem trans, somente de mulheres transexuais e travestis. Por esse motivo, as análises a seguir serão percorridas de entrevistas realizadas com duas mulheres transexuais e uma travesti. Seus nomes foram resguardados com objetivo de não revelar suas reais identidades e substituídos por nome de cores, sendo escolhidas pelos autores deste trabalho: Azul, Coral e Jasmin.

Todas as beneficiadas do Programa Transcidadania relatam ter conhecido o programa através de colegas ou amigas. A entrevistada Azul não expôs nada além disso, deixando para as outras entrevistadas exemplificarem sobre o primeiro contato delas com o programa.

Jasmin, narra seus conhecimentos prévios sobre o Programa Transcidadania:

[...] aí a gente tinha que estudar é, não ter terminado o ensino médio ou enfim, ter parado de estudar, aí você tinha que estudar pra poder entrar no projeto, fazer cursos e a gente tinha uma bolsa, uma ajuda de custo que era pra poder, entende? (Entrevistada Jasmin).

O conhecimento prévio da entrevistada sobre o programa que futuramente viria a participar, são parte dos critérios a serem requeridos para a inserção da pessoa transexual e travesti no Programa Transcidadania. Critérios estes determinados pois, como explica Oliveira:

No início do Programa, seguíamos uma lista de espera e a inserção ocorria conforme a data de cadastramento. No entanto, percebeu-se que seria importante ir para além da data de cadastramento e considerar os processos de vulnerabilização. (OLIVEIRA. In: CONCÍLIO et al, 2016, p. 40)

Vulnerabilidade essa ressaltada, tendo em vista que há pessoas que necessitam de mais assistência que outras, por isso dadas essas condicionalidades de escolaridade, por exemplo, afim de definir quem são as pessoas que necessitam mais de participar do programa.

A entrevistada Coral relata pouco saber no que diz respeito ao Programa Transcidadania, dizendo que “soube que era um projeto só para terminar os estudos, não soube muita coisa” (CORAL). A seguinte pergunta aprofundada pela

entrevistadora, foi se a entrevistada procurou o programa por conta dos estudos, a mesma completa que foi “também pelo dinheiro, as duas coisas” (Entrevistada Coral).

É nítido confirmar que a entrevistada teve um interesse maior pelo Programa Transcidadania, mediante a oportunidade de conclusão dos estudos e obtenção de algum lucro financeiro. Tal interesse é válido, se pensarmos primeiramente numa perspectiva laboral, pelo fato de que “diante do mercado de trabalho assim como em outras áreas, o transexual é um indivíduo pertencente a um grupo minoritário e sua posição de desvantagem se dá tanto por questões econômicas [...] e educacionais”. (BERNARDINELI; DIAS, 2016, p. 253), tendo como apoio e forma de suprir essas defasagens a ajuda de custo financeiro.

Segundo, se formos pensar naquelas mesmas desvantagens, numa perspectiva educacional, obtendo, como exposto pela profissional de pedagogia Souza:

Educação como ferramenta para alterar a vida de pessoas, [...] não como reprodução de verdades e morais, mas educação que questiona o seu próprio lugar, a sua própria verdade. (SOUZA. In: CONCÍLIO et al, 2016, p. 92).

Usando a educação para fazer com quem além de potencializar a (re)inserção no mercado de trabalho, possa garantir para as beneficiadas um mais criticidade perante a sociedade em que está situada.

A respeito da sua relação com a assistente social, todas as entrevistadas deram um parecer positivo referente a atuação da profissional frente as suas demandas. A exemplo disso, uma fala da entrevistada Jasmim:

Pra tudo que eu precisava eu sempre passava com ela, contava com elas, pra poder desabafar, resolver, ajuda, tudo era elas pra mim e elas sempre solucionavam minhas coisas assim, `do que ia buscar, tipo, do, que eu tava necessitando aí chegava até elas me ajudavam sempre, sempre, sempre, [...] digamos, Bolsa Família elas conseguiram pra mim, uma vez conseguiu cesta básica no CRAS, no Campo Limpo. (Entrevistada Jasmin).

A entrevistada expõe como a profissional em Serviço Social concedeu os benefícios citados, porém, no máximo a profissional a orientou acerca do processo de concessão de cesta básica (auxílio alimentação) e obtenção do benefício do Bolsa Família no CRAS de sua referência.

Afinal, a realização do estudo socioeconômico para concessão de tais benefícios não é feita pela profissional de Serviço Social responsável pelo Programa Transcidadania, e sim pela profissional do CRAS de referência da usuária.

Tal competência está explícita na Lei 8.662/93 no seu artigo 4, inciso XI: “Realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. ”. (BRASIL, 2011, p. 45).

A entrevistada Coral, apontou outros direcionamentos da profissão de Serviço Social para com as suas demandas apontadas, dizendo que a mesma a auxiliava na:

Postagem de emprego, assim algo também, uma formação não só escolar, mais ajuda arrumar um emprego amanhã ou depois, porque o transcidadania, eu acho que a base dele é isso, terminar os estudos e sai das ruas. (Entrevistada Coral).

Coral mais uma vez enfatiza a questão escolar com foco na colocação no mercado de trabalho, supondo que a base do Programa Transcidadania é de concluir os estudos e, segundo ela, sair das ruas. Porém, além da conclusão dos estudos, o programa serve como propulsor das beneficiadas a “retomarem o seu lugar na sociedade, nos espaços públicos, elevando a consciência de cidadã” (HADDAD, 2016, p. 5), trazendo e buscando juntos com as beneficiadas a sua autonomia como seres humanos afim de melhorias em suas vidas. Os estudos acaba sendo uma das formas pelas quais é traçado um caminho para concretização da autonomia das usuárias, afinal, como expõem Bernardeneli e Dias (2016, p. 252) “a falta de acesso à educação reduz oportunidades no futuro das pessoas trans.

A entrevistada Azul, foi mais a fundo na sua resposta ao pontuar que a profissional a auxiliou na:

Necessidade de inclusão no mercado de trabalho, minha hormônioterapia e sobre minha retificação, tendo todos as dúvidas esclarecidas e indicação para os tratamentos solicitados. (Entrevistada Azul).

Além da necessidade da procura por colocação no mercado de trabalho formal, a entrevistada requeria dois direitos fundamentais para a sua transição: A retificação do nome civil e a hormonioerapia. A respeito da retificação do nome civil, foi aprovado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no dia 1º de março de 2018 que a população TT pode retificar seu nome civil, “sem precisar do aval médico ou da justiça, baseando

na auto-definição da própria identidade”. (LUCON, 2018). Sendo um marco para a população TT, por não precisar de laudo médico que comprove que a pessoa é transexual ou travesti. Outro ponto a ser comentado pela entrevistada é o processo de hormonioterapia que se encontra garantido desde do ano de 2008, pelo Processo Transexualizador no SUS (Sistema Único de Saúde) e atualizado pela Portaria nº 2.803, no qual:

Consiste na utilização de terapia medicamentosa hormonal disponibilizada mensalmente para ser iniciada após o diagnóstico no Processo Transexualizador (estrógeno ou testosterona) (BRASIL, 2013, art. 13, p. 5).

Os avanços citados evidenciam o progresso do país em reconhecer a cidadania e particularidades da população TT. A respeito do último, o Processo Transexualizador, a resolução do CFESS de nº845/2018 dispõe sobre a atuação do profissional de Serviço Social com o mesmo, mais coerentes com o vem sendo proposto no presente texto, nos artigos 2º e 4º.

Dispõe o 2º: “É competência da/o assistente social prestar acompanhamento aos sujeitos que buscam as transformações corporais em consonância com suas expressões e identidade de gênero. (CFESS, 2018, art. 2º, p. 2)

Dispõe o 4º:

A atuação da (o) assistente social deve se pautar pela integralidade da atenção à saúde e considerar as diversas necessidades das (os) usuárias (os) e o atendimento a seus direitos tendo em vista que esse acompanhamento não deve ser focalizado nos procedimentos hormonais ou cirúrgicos. (CFESS, 2018, art. 4º, p. 2)

Em suas disposições, ambos requerem do profissional de Serviço Social uma atuação que vise o acompanhamento e olhar integral à da saúde da população TT. e que pode ser visto na fala da entrevistada Azul.

Quando questionadas a respeito de se o Programa Transcidadania viabilizou mecanismos para sua inserção no mercado de trabalho formal, verificamos que 66% das entrevistadas não estão com vínculo empregatício formal (CLT).

Das entrevistadas, não inseridas no mercado de trabalho formal ainda, Azul e Coral, narram que estão realizando cursos profissionalizantes, sendo que a última expressa:

toda semana estou mandando currículo, mais ainda tem um pouco daquele negócio de preconceito com o meu nome social e com o meu nome de RG, por isso vou mudar meu nome. (Entrevistada Coral)

A respeito da aparência da pessoa transexual e travesti Bernardineli e Dias argumentam que

É indiscutível que a dificuldade das pessoas trans em se inserirem no mercado de trabalho advém não só da falta de acesso aos estudos ou qualificação, mas principalmente da aparência e condição de transgeneridade, concomitantemente ao fato de que por vezes os empregadores tratam a transexualidade como doença. (BERNARDINELI; DIAS, 2016, p. 252).

Mesmo garantido desde março do ano de 2018, a retificação do nome civil, ainda existem barreiras que dificultam a inserção de pessoas transexuais e travestis no mercado de trabalho formal pela sua aparência se divergir da constada no seu documento pessoal, sendo que a própria entrevistada pretende recorrer para retificar o seu nome com o propósito de tentar minimizar o preconceito e discriminação.

As autoras argumentam que a patologização da transexualidade, é também um empecilho no momento do processo seletivo, porém a transexualidade não é considerada doença desde 2018, pela OMS (Organização Mundial da Saúde) na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.

No novo manual de Classificação de Doenças, a transexualidade deixa de ser considerada “transtorno mental”, mas continua no CID-11. Ela foi realocada para “incongruência de gênero”, num capítulo envolvendo “condição relativa à saúde sexual”. (NLUCON, 2018).

Como salienta Bento sobre a transexualidade:

Sua inclusão no código Internacional no Código Internacional de Doenças, em 1980, representa um momento delimitador de um processo que vinha se consolidando desde a década de 1950. Esta inclusão foi comemorada pelos cientistas envolvidas na produção de provas que justificassem o reconhecimento da transexualidade como doença e interpretada como um avanço da ciência, que, finalmente, estava desvendando as origens de uma “doença” presente em todos os tempos e culturas. (2006, p. 22).

A despatologização da transexualidade foi um avanço nos direitos das pessoas transexuais e travestis, porém tardia, no sentido de ter demorado décadas para que

reconhecem tais pessoas como pessoas sãs e saudáveis, mesmo que a palavra incongruência não seja das menos agressivas.

A entrevistada faz uma pequena crítica sobre a duração do Programa Transcidadania e elucida a situação empregatícia de amigas:

Assim eu tenho umas amigas que graças a Deus hoje em dia está trabalhando, mais a maioria não, acho que o programa só dá dois anos, acho que é muito pouco, acho que quem terminasse o colegial ter uma bolsa auxílio para faculdade, não estou trabalhando mais estou procurando, estou fazendo curso profissionalizante de vendas pelo Pronatec (Entrevistada Coral).

. A crítica é necessária e de grande valor, afinal a entrevistada faz parte do público alvo para o qual o programa é direcionado, viabilizado e cotidianamente construído, todavia

De acordo com as regras do POT, a duração do contrato é de dois anos, ou seja, vinte quatro meses, sendo consecutivos ou não. Este contrato pode ser interrompido por ambas as partes se houver o descumprimento dos acordos firmados. (OLIVEIRA, 2016, p. 42).

A entrevistada Jasmin, a única entrevistada que se encontra com vínculo empregatício, atua como recepcionista no Centro de Cidadania LGBTI Luiz Carlos Ruas, mas não conseguiu inserção imediata no mercado de trabalho e quando perguntada se o Programa Transcidadania viabilizou mecanismos para sua inserção no mercado de trabalho formal, narra

Sim, até porque, assim, [...] logo que eu sai do projeto, eu não consegui trabalho, aí continuei fazendo bicos, fui pra rua fazer programa que eu fazia antes e hoje tô aqui trabalhando aqui, registrado tudo bonitinho, aqui no Centro, é, entrei de uma forma que eu não queria ter entrado, que eu queria a Joyce aqui comigo, as duas, entrei cobrindo ela, enfim, mas tô aqui. (Entrevistada Jasmin).

Por fim, concluindo o roteiro de questões, perguntamos para as entrevistadas quais são suas considerações finais sobre o programa pelo qual participaram.

Todas as entrevistadas afirmam ter concluído o ensino médio durante o programa, além dos cursos de qualificação ofertados no percurso do mesmo, como expõe a entrevistada Jasmin:

Pra mim, foi um projeto maravilhoso, eu não tenho do que reclamar, tipo, abriu portas pra mim sim claro, não só porque eu tô trabalhando mas abriu muitas portas assim em relação a tudo,

assim, a conhecer pessoas novas, pessoas legais, tanto os técnicos como as meninas que eu não conhecia. (Entrevistada Jasmin).

Jasmin elogia o Programa Transcidadania, assim como a entrevistada Coral:

Bom, adorei não tenho nada que reclamar em matéria assim, consegui terminar a minha escola que pensei que nunca ia conseguir terminar, fiz bastante amizades, tive vários conhecimentos de direitos, coisa que não sabia, entendeu, foi um projeto muito bom, por isso que eu falei dois anos é muito pouco não é nem pelo fato do dinheiro, para nos se conhecerem, nossa luta foi a vida inteira por dois anos só! (Entrevistada Coral).

Coral enfatiza mais uma vez a questão da duração do Programa Transcidadania, porém reconhece que adquiriu conhecimento sobre seus direitos e finaliza com uma pequena exposição pessoal, sobre sua trajetória de vida. Tal depoimento a respeito da luta constante no percorrer da vida entra em consonância com que Bento afirma, que além de ser uma pessoa transexual e travesti.

Não significa esquecer a dor e angústia que marcam as subjetividades daqueles que sentem e desejam viver experiências que lhes são interditas por não terem comportamentos considerados apropriadas para seus sexos. As narrativas das pessoas transexuais nos remetem para um mundo de dúvidas, angústias, solidão e um medo constante de serem rejeitados. (2008, p. 23).

Desta forma, podemos relacionar com a fala da entrevistada Azul, que expõe um pouco da sua vivência pessoal antes do Programa Transcidadania ao expor:

me sentia como uma pessoa excluída, sempre foi assim, de achar que não tinha oportunidade na sociedade, já terminei os meus estudos, não estou trabalhando, estou fazendo só cursos mais pretendo fazer uma faculdade. (Entrevistada Azul).

Como última ressalva, a entrevistada fala sobre a importância do Programa Transcidadania e como ele proporcionou mudanças, não apenas em quesito de estudos, mas como sua vida num geral, fazendo uma analogia ao processo de metamorfose das lagartas.

O transcidadania me abriu bastante portas de fazer cursos de saber que eu posso me colocar em qualquer área de emprego, basta ter conteúdo e aprendizagem na área. Então, hoje em dia, eu tô mais tipo, me sinto mais uma borboleta (Entrevistada Azul).

Narrando como Programa Transcidadania ajudou no seu processo de aprendizagem e capacitação profissional, além de ter dito, analogicamente, que ela se transformou após a participação no programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Transcidadania foi um viés de abertura para garantia de direitos e autonomia da população T.T na cidade de São Paulo. Com o intuito de auxiliar no processo de profissionalização e reconhecimento da pessoa como cidadã, com apoio de uma equipe multidisciplinar, tendo como base em rodas de conversa, palestras, visitas externas e cursos profissionalizantes e de direitos humanos.

A respeito desses cursos, entramos com a avaliação de um dos objetivos específicos elencados no presente trabalho, no qual propomos verificar o processo de capacitação profissional e escolar desenvolvido pelo Programa Transcidadania. Sobre esse processo, foi possível compreender o funcionamento, as condicionalidades e arquitetura do mesmo, além de considerações das beneficiadas do Programa Transcidadania, que enalteceram em suas falas de como tal processo serviu como sustentação para suas, até então, situações precárias de trabalho.

Além da conclusão do ensino médio, que até antes do Programa Transcidadania, era algo fora de suas realidades, verificamos também a realização de cursos profissionalizantes, aulas sobre direitos básicos e específicos, específicos como pessoas transexuais e travestis e básicos como os de qualquer ser humano, proporcionaram um norte para a inserção das entrevistadas no mercado de trabalho formal. Prosseguindo com esse problemática, no que tange a atual empregabilidade das entrevistadas do Programa Transcidadania, fica evidente o percentual baixo de 33% das que possuem vínculo empregatício e 66% que infelizmente não.

Entretanto, mesmo com o percentual aparentemente alto de desemprego pós Programa Transcidadania, houve muitas considerações positivas sobre o programa na fala das entrevistadas, pois mesmo não se inserindo no mercado de trabalho formal de forma imediata após sua participação no programa, pelo ponto de vista dos pesquisadores, tal programa auxiliou indiretamente as entrevistadas pela formação acadêmica e profissional oferecida, tendo como consequência o enriquecimento do currículo, por viabilizar meios para uma futura inserção no mercado de trabalho, algo que as entrevistadas disseram que estão buscando e diretamente, ao viabilizar e potencializar outras alternativas que vão além do trabalho informal.

É importante ressaltar que reconhecemos as barreiras enfrentadas cotidianamente pelas pessoas transexuais e travestis quanto a busca por uma

colocação no mercado de trabalho, todavia, o desemprego é uma expressão de questão social presente no cotidiano brasileiro, ou seja, não é uma especificidade da população TT, mas sim da população em geral. Além de que, o Programa Transcidadania nunca teve como objetivo principal, encaminhar diretamente qualquer uma de suas beneficiadas para uma oportunidade de trabalho formal.

Prosseguindo, foi conhecido e salientado neste trabalho, a relação da categoria profissional de Serviço Social com pautas pertinentes da população LGBT durante as últimas décadas, seja por meio de congressos, seminários, rodas de conversas, e posteriormente concentrando os debates com enfoque da pauta da população TT. Além de que, como colocado nas falas das profissionais, o público alvo LGBT, esteve presente em debates e/ou seminários no tempo da graduação em Serviço Social, o que fez com quem as mesmas, não estivessem totalmente a mercê das especificidades do público LGBT.

Além do que foi exposto, está presente no Código de Ética do/a Assistente Social em seu artigo 2º, inciso “f”, o aprimoramento profissional de forma, ou seja, propondo como responsabilidade do profissional em Serviço Social, a busca por conhecimento acerca de algo que não tem domínio ou o mínimo de saber.

Portando, podemos considerar que a relação da categoria profissional do Serviço Social esteve ativa na luta pelos direitos das pessoas LGBT e o aprimoramento profissional se faz necessário na medida em que há alguma defasagem em sua capacitação.

Defasagem não demonstrada pelas entrevistadas, apresentando total domínio sobre as particularidades do público alvo sobre o qual realizavam suas intervenções, acolhimentos, reuniões, encaminhamentos, orientações, ou seja, uma prática profissional com um competente arsenal teórico-metodológico, técnico-operativo e ético político em suas ações.

Respondendo assim, outro objetivo específico, no qual buscamos um melhor entendimento da atuação da profissional de serviço social no Programa Transcidadania, tendo em vista ser um campo sócio ocupacional sem precedentes.

A exemplo da fala da entrevistada Dália, que discorrem a prática profissional, em nenhum momento pontua o projeto ético político, pois ela frisa a sua prática

profissional e sua rotina no Programa Transcidadania. Pontua práxis profissional, como o acolhimento, escuta, atendimento, encaminhamentos para serviços específicos, a contra referência e dialogando sobre conceitos por vezes errôneos e depressores dos usuários, já a entrevistada Girassol enfatizou a importância do projeto ético político em seu cotidiano profissional. Mesmo explanando respostas distintas sobre como materializam o projeto ético político da profissão, é evidente, pelo ver dos pesquisadores, que as profissionais de serviço social atuam em uma perspectiva de garantir, potencializar, viabilizar os direitos das pessoas transexuais e travestis nos espaços sociais, que as mesmas podem, devem fazer uso ou ocupar, e que por anos esses direitos foram negligenciados e/ ou inviabilizados.

Pois o projeto ético político da categoria em sua construção dialética e hegemônica prioriza uma atuação que propague uma atuação livre de preconceitos, sem julgamentos e/ou estigmas, respeitando as diferenças, potencializando a autonomia dos usuários, viabilizando caminhos para que essa autonomia se concretize em prol de uma nova ordem social mais justa e igualitária. É nítido como as profissionais de Serviço Social concretizando em suas práticas, o enfoque de atuar num viés a construir uma nova realidade para as pessoas transexuais e travestis, respondendo assim o último objetivo específico.

O Programa Transcidadania, para os pesquisadores, é um programa realmente inovador em prol da garantia de direitos da população de transexuais e travestis, todavia, devido à baixa taxa de empregabilidade formal após o mesmo, propomos a realização de parcerias com empresas que acolham tal população.

CONCLUSÃO

Podemos considerar com essa pesquisa, e respondendo o objetivo geral do trabalho, que o Programa Transcidadania impactou na empregabilidade formal das beneficiadas entrevistadas, mesmo que nem todas empregadas atualmente, por conta do processo de capacitação profissional e a oportunidade de término do ensino médio e principalmente por enfatizar durante o percurso do programa a importância de auto reconhecimento como cidadãs portadoras de direitos e protagonistas da sua trajetória de vida, ou como proposto como viés desse trabalho, a trajetória profissional.

REFERÊNCIAS

ANTRA. **MAPA DOS ASSASSINATOS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL EM 2017**. Disponível em:< <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em 04 de Junho de 2018.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense,2008.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 2.ed. São Paulo – Cortez, 2009.

_____; Terra, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 40-128.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____, Berenice. **O que é transexualidade**. (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 2008.

BERNARDINELI, M. C.; DIAS, J. A. H. **O transexual e o direito de acesso ao mercado de trabalho: do preconceito à ausência de oportunidades**. Revista de gênero, sexualidade e direito , v. 2, p. 243-259, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. p. 174.

_____. Ministério da Saúde. **Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)**. PORTARIA Nº 2.803, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

_____. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social. 2011.

BRAVERMAN, H. **Trabalho capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução, Renato Aguiar. - Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

CATANI, Afrâni. **O QUE É CAPITALISMO**. (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 2011.

CFESS (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL). Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. **Resolução CFESS nº 615, de 8 de setembro de 2011.**

_____. **Código De Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf> Acesso em: 24 ago. 2018.

_____. Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero. **RESOLUÇÃO CFESS Nº 594, de 21 de janeiro de 2011.**

_____. Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador. **RESOLUÇÃO CFESS Nº 845, de 26 de fevereiro de 2018.**

_____. **Transfobia.** Série: assistente social no combate ao preconceito. Caderno 4. 2014-2017.

CONCÍLIO. LEITE, Isabel; AMARAL, Marcos; SILVEIRA, Paula Morena. **Transcidadania: Práticas e Trajetórias de um Programa Transformador.** São Paulo. Konoinonia. Presença Ecumênia e Serviço, 2016.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção de Cidadania Homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** FERREIRA, S.; DESLANDES, R, G.; Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). 28 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes. 2009. p. 21.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 119.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. **Diversidade sexual e cidadania LGBT.** 2ª ed. São Paulo: IMESP, 2017. p. 48.

_____. Assembleia Legislativa. **Lei nº 10.948.** 05 de novembro de 2001. Disponível em < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10948-05.11.2001.html>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2018.

Grupo Gay da Bahia. **Assassinato De Homossexuais (lgbt) No Brasil: Relatório 2014,** disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2015/01/relact3b3rio-2014s.pdf>, Acesso em 19 de novembro de 2017.

HADDAD, Fernando. Prefácio da 1ª Edição. Prefácio. In: CONCÍLIO. LEITE, Isabel; AMARAL, Marcos; SILVEIRA, Paula Morena. Transcidadania: Práticas e Trajetórias de um Programa Transformador. São Paulo. Konoinonia. Presença Ecumênia e Serviço, 2016.

HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. 5 ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1986.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 40ª. ed. , 2014.

LUCON, Neto. **STF permite que pessoas trans retifiquem registro civil sem cirurgia, laudo ou autorização judicial**. 01 de março, 2018. Acesso no dia 29 setembro de 2018. Disponível em: <https://nlucon.com/2018/03/01/stf-permite-que-pessoas-trans-retifiquem-registro-civil-sem-cirurgia-laudo-ou-autorizacao-judicial/>.

_____. **OMS (finalmente!) anuncia ter retirado identidades trans de lista de transtornos mentais**. 18 de junho, 2018. Acesso no dia 22 de outubro de 2018. <https://nlucon.com/2018/06/18/oms-finalmente-anuncia-ter-retirado-identidades-trans-de-lista-de-transtornos-mentais/>.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, 1990/1991, p. 149-158.

MARINHO, Silvana. **Serviço Social e População trans: um debate sobre questão social e suas expressões na cena contemporânea**. RI Revista Serviço Social em Perspectiva – Montes Claros/MG, v.1, n. 1, jan/jul-2017. p.103-125.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 16. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013. v. 1. 165p.

MIRANDA, M. B. **'Um passo à frente e você não estará no mesmo lugar': TransCidadania, a experiência de um programa para travestis e transexuais em São Paulo**. In: 13th Women's Worlds Congress & Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, 2017.

MIRANDA, M. B. **Livres e iguais: análise inicial do Programa TransCidadania na cidade de São Paulo**. In: SEMINÁRIO DE INOVAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, 2016, São Paulo. ANAIS DO SEMINÁRIO DE INOVAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA. Rio de Janeiro: Columbia Global Centers | Rio de Janeiro, 2016. v. 1. p. 81-96.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, Belo Horizonte, 2012 (Série Cadernos da Diversidade; 6).

MOIRA, Amara. **Travesti ou mulher trans: tem diferença?** Disponível em <<http://midianinja.org/amaramoira/travesti-ou-mulher-trans-tem-diferenca/>>. 07 de Agosto de 2017. Acesso em 20 de novembro de 2017. Entrevista concedida a Mídia Ninja.

OLIVEIRA, Gabriela de Jesus. Percursos de um programa em construção: A inserção das(os) beneficiárias(os) no Transcidadania. In: CONCÍLIO. LEITE, Isabel; AMARAL, Marcos; SILVEIRA, Paula Morena. **Transcidadania: Práticas e Trajetórias de um Programa Transformador**. São Paulo. Koinonia. Presença Ecumênia e Serviço, 2016.

PREFEITURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Centros de Cidadania**. Atendimento gratuito e especializado à população LGBTI. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbt/cch/index.php?p=150960>. Acesso em 14 de nov. de 2017.

RAIAZAC, Chianara Santana Faria. **Inserção laboral de travestis e transexuais na cidade de São Paulo: o Programa Transcidadania**. São Paulo, 2017.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa**. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, nº 04, maio de 2008, p. 141.

RIO DE JANEIRO. Congresso Nacional. **Projeto de Lei 4211/2012**. Projeto de Lei que visa legalizar as práticas de prostituição, distinguindo prostituição de exploração sexual. 2012.

SOUZA, Paola. Uma pluma solitária. In: CONCÍLIO. LEITE, Isabel; AMARAL, Marcos; SILVEIRA, Paula Morena. **Transcidadania: Práticas e Trajetórias de um Programa Transformador**. São Paulo. Koinonia. Presença Ecumênia e Serviço, 2016.

TEIXEIRA, E. B. **A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais**. Desenvolvimento em Questão. v. 1, n. 2, jul./dez. 2003. p. 192.

APÊNDICE

APÊNDICE A – DECLARAÇÃO PARA CO-PARTICIPANTES

Projeto de Pesquisa: **UMA NOVA PORTA SE ABRE: A INSERÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL APÓS O PROGRAMA TRANSCIDADANIA**

Pesquisador (es) responsável(eis): Ítalo Santos Magalhães, Laiza Roque da Cruz Silva e Lucicláudia Silva de Oliveira

Instituição Proponente: UNISA – Universidade Santo Amaro

Declaro ter lido e concordar com o presente projeto a ser realizado com firmados (as) do Programa Transcidadania, respeitando e cumprindo com as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Assinatura e carimbo do responsável institucional da coparticipante com nome completo da Instituição e CNPJ.

São Paulo, 11 de abril de 2018

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Protocolo: UMA NOVA PORTA SE ABRE: A INSERÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL APÓS O PROGRAMA TRANSCIDADANIA

Estes esclarecimentos estão sendo apresentados para solicitar sua participação livre e voluntária, no projeto: Uma nova porta de abre: A inserção de Transexuais e Travestis no mercado de trabalho formal após o Programa Transcidadania do Curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro - UNISA, que será realizado pelo pesquisador José Carlos Veloso Pereira da Silva, e pelos graduandos Ítalo Santos Magalhães, Laíza Roque da Cruz Silva, e Lucicláudia Silva de Oliveira como Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social.

Após a elaboração e implementação do Projeto Transcidadania na cidade de São Paulo por meio da gestão Haddad em 2015, a discussão acerca dos direitos de Transexuais e Travestis ganharam mais ênfase em debates acerca de políticas públicas para essa população.

O objetivo é verificar os impactos que o programa Transcidadania causou em suas beneficiadas e de que forma o profissional de Serviço Social efetiva o seu projeto ético-político nesse recente espaço ocupacional.

Para tanto, nossa pretensão é realizar entrevistas com a aplicação de um roteiro de questões, que resguardadas suas particularidades, contará com 04 (quatro) perguntas abertas que requerem uma resposta dissertativa, com duração média de 1 (uma) hora com 3 (sete) beneficiadas do Projeto Transcidadania. Pretende-se ainda que a gravação seja um instrumento a ser utilizado, para melhor apreensão dos dados, conforme afirma Gil (2008 p. 119), “o modo mais confiável de reproduzir com precisão as respostas é registrá-las, durante a entrevista, mediante as anotações ou o uso do gravador. ” Será também realizada entrevistas com 2 (duas) profissionais de Serviço Socials que atuam no Programa Transcidadania.

Informamos ainda que lhe resguardamos o direito de não responder a qualquer questionamento, se assim o desejar. O áudio será guardado em absoluto sigilo até a apresentação de nosso TCC e posteriormente descartado (apagado). Informamos ainda que toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados, porém, neta pesquisa, os riscos serão os mínimos possíveis, dado que não serão identificados os sujeitos de pesquisa, nem serão divulgadas informações individualizadas, apenas serão evidenciados os dados no conjunto dos dados construídos.

É garantido o acesso, em qualquer etapa do estudo, aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas ou informações sobre os resultados parciais das pesquisas, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores.

O pesquisador responsável é o Prof. Me. José Carlos Veloso Pereira Da Silva que pode ser encontrado no endereço Rua Isabel Schimidt, 349 - São Paulo -SP - Telefone (s) 2141 8932.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UNISA) – Rua Prof. Enéas de Siqueira Neto, 340, Jardim das Imbuías, SP – Tel.: 2141-8687.

É garantida sua liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo à continuidade de qualquer benefício que você tenha obtido junto à Instituição, antes, durante ou após o período deste estudo.

As informações obtidas pelos pesquisadores serão analisadas em conjunto com as de outros participantes, não sendo divulgada a identificação de nenhum deles. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo, incluindo exames e consultas. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Em caso de dano pessoal, diretamente relacionado aos procedimentos deste estudo (nexo causal comprovado), a qualquer tempo, fica assegurado ao participante

o respeito a seus direitos legais, bem como procurar obter indenizações por danos eventuais.

Uma via deste Termo de Consentimento ficará em seu poder.

São Paulo, ____/____/____

(Os pesquisadores)

Se você concordar em participar desta pesquisa assine no espaço determinado abaixo e coloque seu nome e o nº de seu documento de identificação.

Nome:

Doc. Identificação:

Declaramos que obtivemos de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou do representante legal deste participante) para a participação neste estudo, conforme preconiza a Resolução CNS 466, de 12 de dezembro de 2012, IV.3 a 6. -----

Assinatura do pesquisador responsável pelo estudo Data __/__/____ -----

----- Assinatura dos demais pesquisadores

Data __/__/____

ANEXO

ANEXO A – Roteiro de perguntas para as beneficiadas do Programa Transcidadania

- 1 – Como você tomou conhecimento do Programa Transcidadania?
- 2 – Como era a sua relação com a profissional de Serviço Social?
- 3 – Você considera que o programa viabilizou mecanismos para a sua inserção no mercado de trabalho formal?
- 4 – No geral, quais são suas impressões do Programa Transcidadania?

ANEXO B – Roteiro de perguntas para as assistentes sociais

- 1 – Como foi sua inserção profissional no Programa Transcidadania?
- 2 – Durante a graduação no curso de Serviço Social, a pauta LGBT, apareceu na grade de ensino? Como?
- 3 - Como você materializa o Projeto Ético Político da sua categoria no Programa?